

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais

JOÃO PEDRO RODRIGUES MORCIANI

A EXPERIÊNCIA DO BANCO DE TEMPO FLORIANÓPOLIS

FLORIANÓPOLIS
2019

JOÃO PEDRO RODRIGUES MORCIANI

A EXPERIÊNCIA DO BANCO DE TEMPO FLORIANÓPOLIS

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Profº Drº Michele Romanello

FLORIANÓPOLIS

2019

Esse trabalho é dedicado a todos que lutam por uma sociedade mais justa e creem na possibilidade de um mundo melhor.

O dedico também a minha família que proporcionou toda estrutura para minha graduação e sempre propiciou um ambiente encorajador para meu desenvolvimento, em toda minha vida fui beneficiado de um meio estimulante ao me crescimento e estudos.

As grandes amizades que me inspiram a crescer diariamente foram fundamentais para minha formação e conseqüentemente a confecção deste trabalho, sem os laços gerados em minha vida universitária eu não poderia ter crescido tanto.

Dedico também meu orientador Michele Romanello por toda atenção dedicada a este trabalho e liberdade no processo de pesquisa.

E a toda equipe do Banco de Tempo Florianópolis que se envolveram com a produção desta pesquisa e se dedicam diariamente ao projeto em busca de um mundo mais justo.

RESUMO

O presente trabalho explorará a experiência do Banco de Tempo Florianópolis, uma iniciativa de economia solidária que busca integrar a comunidade da cidade de Florianópolis através de sua moeda social que desafia a estrutura hegemônica de trocas de nossa sociedade.

Os bancos de tempo são grupos os quais seus membros podem trocar a moeda própria do grupo, com seu valor medido em tempo e servindo como uma moeda alternativa para aquisição de bens e serviços.

Palavras-chave: Banco de Tempo. Economia Solidária. Moeda Social.

ABSTRACT

This research will explore the experience of the Banco de Tempo Florianópolis, a group of solidarity economy that works for involving the population of Florianópolis through its social currency that defies the hegemonic structure of trade in our society.

Keywords: Time Banking, Solidarity Economy, Social Currency.

LISTA DE SIGLAS

BTF – Banco de Tempo Florianópolis

ECOSOL - Economia Solidária

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)

ONG's – Organizações Não Governamentais

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 AMARTYA SEN E A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES | 16 |
| 1.1 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES..... | 16 |
| 1.2 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E OS BANCOS DE TEMPO | 19 |
| 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA NOVA FORMA DE PENSAR AS TROCAS | 23 |
| 2.1 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA S | 23 |
| 2.2 ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA | 24 |
| 2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MUNDO GLOBALIZADO. | 26 |
| 2.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL | 29 |
| 2.4.1 O Banco de Palmas 30 | |
| 2.5 ECONOMIA COMPARTILHADA | 32 |
| 2.5.1 Economia compartilhada e a Economia Solidária 33 | |
| 2.6 MOEDA SOCIAL | 34 |
| 2.7 CAPITAL SOCIAL..... | 37 |
| 2.7.1 Tipologias capital social: Bonding capital e bridging capital. 39 | |
| 3 OS BANCOS DE TEMPO | 42 |
| 3.1 A ORIGEM DOS BANCOS DE TEMPO..... | 42 |
| 3.2 OS BANCOS DE TEMPO AO REDOR DO MUNDO | 45 |
| 3.2.1 Os bancos de tempo no Brasil 47 | |
| 3.3 AS ESTRUTURAS DOS BANCOS DE TEMPO | 48 |
| 3.3.1 Aspectos operacionais 54 | |
| 3.3 A TEORIA DO VALOR E OS BANCOS DE TEMPO..... | 56 |
| 3.3.1 Os ganhos de eficiência na geração e circulação de valores através das plataformas de bancos de tempo 57 | |
| 3.3.3 A teoria clássica do valor expressa nos bancos de tempo 61 | |
| 4 O BANCO DE TEMPO FLORIANÓPOLIS | 63 |
| 4.1 A ORIGEM DO BANCO DE TEMPO FLORIANÓPOLIS..... | 63 |
| 4.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DO BANCO DE TEMPO FLORIANÓPOLIS | 65 |
| 4.2.1 O ambiente do banco 65 | |
| 4.2.2 Cadastramentos no BTF 67 | |
| 4.2.3 As transações no BTF 68 | |
| 4.3 OS PROJETOS DO BTF | 69 |

4.3.1 Projeto Qualidade de Vida 70

4.3.2 Núcleo de Compartilhamento do BTF 71

4.3.3 Rádio Campeche 71

| | |
|------------------------------------|----|
| 4.4 PERFIL SOCIOECONÔMICO..... | 71 |
| 4.5 INDICADORES DE ATIVIDADE | 73 |
| 4.6 LIMITAÇÕES E DESAFIOS. | 76 |
| 4.7 PERSPECTIVAS PARA O BTF | 79 |
| REFERÊNCIAS | 82 |

INTRODUÇÃO

A América Latina fervilha em revoltas sociais, somente nos últimos 3 anos presidentes foram depostos por razões altamente questionáveis como no Brasil, golpes de Estado foram declarados como na Bolívia e a sombra do autoritarismo militar volta a assombrar nosso continente. O descontentamento com as condições de vida nas terras do sul colocou a população nas ruas para clamar por mudanças. Séculos de subordinação ao centro capitalista tencionaram as contradições entre as classes sociais latinas que mantêm milhões em condições miseráveis.

O esgotamento de décadas do projeto neoliberal, que reforçou ainda mais a condição de dependência do continente latino com as potências hegemônicas expõe claramente a crise ética que o capitalismo mundial sofre. A exploração que desumaniza a maior parte do povo latino para o enriquecimento de uma minoria absoluta é imoral(FREIRE, Paulo;1987). A fome, o sofrimento e a humilhação que milhões sofrem em nosso continente é a face da ausência de valores morais no sistema econômico dominante.

O contexto latino desafiador ensinou a sua população a importância de se organizarem para enfrentarem as mazelas que sofrem(SANTOS, Milton;2000). A assimetria dos poderes do indivíduo contra as forças que lhe oprimem faz com que as pessoas unam forças e cooperem entre si.

Entre as diversas organizações populares criadas para enfrentarem os desafios de seu meio, o Banco de Tempo Florianópolis (BTF) surge no final de 2015 na capital catarinense. O BTF é um grupo de economia solidária que permite seus membros trocarem tempo entre si através de sua moeda social.

O presente trabalho é um esforço para descrever a experiência desse grupo, que desafia a autoridade hegemônica em que a vida moderna está pautada: a moeda nacional. A partir de um núcleo ético o BTF é uma alternativa para a população de Florianópolis trocar seus bens e serviços fora da economia de mercado, e assim, gera benefícios que vão além do valor monetário das transações.

A auto-organização da população através do BTF gerou um instrumento para reforçar as relações de confiança entre os membros de sua comunidade. E parte de seus impactos é analisada neste trabalho.

O estudo de uma experiência como o BTF demanda ferramentas analíticas diferentes das empregadas na maioria das análises dos fenômenos econômicos. Por isso, o primeiro capítulo desta monografia introduzirá a Abordagem das Capacitações que nos fornecerá uma abordagem crítica a abordagem hegemônica da Economia do Bem Estar. O segundo capítulo conta com a revisão bibliográfica das categorias julgadas necessárias para a análise de um empreendimento social como o BTF.

O terceiro capítulo deste trabalho descreverá o que são os bancos de tempo, suas tipologias, história de seu surgimento e algumas experiências ao redor do mundo, para que finalmente no quarto capítulo seja analisada a experiência do Banco de Tempo Florianópolis, que contará com a descrição de sua história, como se dá seu funcionamento, indicadores de atividades, desafios e perspectivas.

Na seção da conclusão será apresentada as contribuições que este trabalho pode fornecer a discussão sobre o tema e para o próprio BTF, para que o mesmo possa contar com análises que auxiliem no seu processo de desenvolvimento.

1 AMARTYA SEN E A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

As contradições do sistema capitalista o qual marginaliza uma parcela significativa da população abrem espaço para o surgimento de alternativas a partir da organização popular para a superação das condições de privações em que essa população está inserida. Essas alternativas demandam instrumentos de análise, também alternativos aos meios empregados usualmente para entender os fenômenos econômicos.

Diante este contexto, o presente o capítulo introduzirá o economista Amartya Sen e a sua Abordagem das Capacitações, a qual propõe uma nova forma para analisar a economia de bem-estar em termos diferentes do usualmente utilizados para que a dimensão da existência humana seja contemplada de forma mais adequada. A partir do resgate do processo de desenvolvimento do pensamento econômico, o autor pontua as falhas que os instrumentos de análise do bem-estar pela economia mainstream possuem e sugere uma nova abordagem para o tema.

1.1 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

O processo de desenvolvimento do pensamento econômico rompeu com as origens da Economia Política como um ramo da Ética, “(...) há um contraste surpreendente entre o caráter “não ético” da economia moderna e sua evolução histórica.” (SEN, (1989). Ao recorrer à ética Aristotélica, o autor Amartya Sen ressalta a deficiência que a análise da economia expõe utilizando um instrumental que exclui a ética, a qual Aristóteles associa o tema da economia aos fins humanos e a qual é instrumental da política que segundo o filósofo é a “arte mestra”. Não há possibilidade de dissociar o estudo da economia do campo da ética e da filosofia política, uma vez que a motivação humana, especialmente ligada à questão “Como devemos viver? ”, se trata de um reflexo da moralidade dos indivíduos e a ciência econômica é um instrumento de elucidação de um aspecto da vida humana: a estrutura de produção, distribuição e consumo de uma sociedade. A metodologia da “economia positiva” teve o efeito de deixar de lado uma série de considerações éticas as quais determinam o comportamento humano real e que escapam das

análises dos chamados utilitaristas, os quais possuem papel central na crítica de Amartya Sen do sistema econômico vigente.

Os teóricos mainstream da ciência econômica buscam a robustez de suas análises em racionalidades as quais se limitam a arranjos logísticos do fenômeno econômico e que julgam estarem livres das “contaminações” subjetivas da ética, garantindo a consistência das constatações teóricas diante a real ação humana. O autointeresse é para os utilitaristas o pilar principal para a motivação humana e seus conjuntos de formulações estão arranjados de maneira que o indivíduo, a partir dele, maximize sua utilidade independente da correspondência entre o que se tenta ter e como se busca tê-lo. Há um confinamento sistemático da ética nas formulações teóricas que aderiram ao universo da “engenharia” econômica, em partes explicadas pela má apropriação da obra daqueles que foram vanguarda nos debates quanto às questões logísticas da economia, mas que não abandonaram a ética de seu trabalho, sendo o economista seiscentista Adam Smith, o caso mais ilustre.

A racionalidade do autointeresse que sustenta a orientação de toda ação humana em prol de interesses individuais, acarreta em uma sociedade marcada pelo individualismo e competitividade doentios como verificado nos dias atuais. Sua consistência teórica reside em uma visão deturpada dos argumentos do filósofo moral Adam Smith, o qual embora tenha exposto o autointeresse como elemento fundamental para os ganhos logísticos verificados na divisão social do trabalho na produção e comercialização com sua célebre frase: “Não é da benevolência do açougueiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, e sim da atenção que cada qual dá ao próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu amor-próprio, e nunca lhe falamos de nossas necessidades, e sim de seus interesses” (SMITH, 1776, pp.26-7), o agente smithiano não coloca o autointeresse acima de tudo na ação humana. “Adam Smith elabora sua obra mais reconhecida “A Riqueza das Nações”, e também mais sujeita a análises distorcidas da elaboração original do autor, a partir do “agente smithiano” que é elaborado em suas obras anteriores, especialmente em” A Teoria dos Sentimentos Morais” o qual tem toda sua ação norteadada pelo princípio de simpatia, que postula que ao agir por esse princípio o indivíduo antes de sua ação se coloca no lugar dos possíveis impactados

por ela, e assim, sendo incompatível com o sujeito que tem seu interesse acima de tudo e acima de todos. (GANEM Ângela, 2000)

Diante as críticas de Sen a defasagem ética nas teorias utilitaristas, o autor elabora sua Abordagem das Capacitações como uma alternativa à economia tradicional no que concerne à análise do bem-estar humano a qual seria uma extensão do conceito de bens primários de John Rawls. O processo de afastamento da ética e aproximação dos aspectos logísticos da economia na teoria da Economia do Bem-Estar tradicional tem como base informacional a utilidade como métrica para a avaliação do bem-estar dos indivíduos, uma medida subjetiva e limitada para a ampla compreensão das condições de vida das pessoas. No Utilitarismo as escolhas em termos de seus efeitos sobre os seres humanos não são julgadas, apenas um aspecto limitado dos indivíduos é levado em conta para a avaliação das consequências dessas escolhas: a utilidade. Sen não só critica a base informacional singular do Utilitarismo, mas também o fato de se limitar apenas aos fins com a análise dos bens e não aos meios que os indivíduos empregam esses bens e com suas reais necessidades, e a negligência da diversidade humana e as diferentes formas que cada indivíduo dispõe dos bens dada suas características individuais e contextos sociais.

Amartya Sen (1992) propõe uma abordagem que adota uma base informacional plural que deve considerar não só o aspecto “tradicional” bem-estar, mas também o aspecto de agência, o que o autor denomina de liberdade e realização. O autor indiano desconsidera os estados mentais relacionados ao mero consumo de bens como reflexo de bem-estar e considera a liberdade de acesso, escolha e forma que os bens são convertidos pelos diferentes agentes. A liberdade é um elemento fundamental em sua obra, a qual considera a liberdade positiva como o controle sobre a própria vida, ou seja, as oportunidades reais para realizar os funcionamentos que são valorados pelo indivíduo: se trata de um meio para a realização dos fins que culminam no bem-estar da pessoa.

O autor elenca cinco tipos de liberdades instrumentais: as liberdades políticas. Facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. Essas liberdades contribuem para a capacitação do indivíduo e

as capacitações em sua abordagem são compreendidas como liberdades que possuem algum valor intrínseco. (SEN, 1992)

Sua abordagem moral pode ser analisada sob duas óticas, a de bem-estar e a de agência, as quais são complementares e possuem uma relação de reciprocidade. A agência influencia o bem-estar e o bem-estar auxilia na busca por objetivos mais amplos (agência mais ampla). Enquanto a liberdade de agência se relaciona com a liberdade geral do indivíduo para fazer e realizar os valores e objetivos que julga importantes, a liberdade de bem-estar de bem-estar é individual, voltada ao exercício da busca pelo bem-estar.

Enquanto a teoria Utilitarista se preocupa apenas com os fins no tocante do bem-estar, ou seja, nos bens que respeitam uma distribuição de Pareto necessários ao bem-estar enquadrado em sua racionalidade maximizadora para o indivíduo, a Abordagem das Capacitações não se limita apenas ao fim do processo, mas também aos meios que o agente dispõe para alcançar um fim diferente dos Utilitaristas: a promoção da amplitude das capacitações que o indivíduo pode alcançar para lhe garantir a liberdade e capacidade de empregá-las a fim das realizações que lhes são valoradas. Por isso a abordagem de Amartya Sen está muito mais próxima da complexidade da ação humana, uma vez que em sua análise se engloba uma série de fatores, sejam eles éticos ou materiais, caso comparado as percepções dos teóricos Utilitaristas na esfera do bem-estar que a reduzem para uma análise de bens em que a variável máxima para medi-lo acaba sendo a renda, que embora materialmente objetiva é insuficiente para traduzir a experiência humana de forma realista. (SEN, 1992)

1.2 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E OS BANCOS DE TEMPO

O esgotamento do sistema capitalista, observado através das mazelas que uma parte significativa da população mundial sofre, é claro: seja pela ótica tradicional que norteiam as formulações das políticas econômicas ou por leituras alternativas como a do economista indiano. Na análise Utilitarista, a falha na promoção do bem-estar mundial é óbvia, se a renda, variável máxima desta abordagem, é analisada: a desigualdade abissal que a economia mundial promove é uma

defasagem clara para a distribuição de bem-estar. Através da Abordagem das Capacitações o esgotamento do sistema econômico para a promoção do bem-estar é ainda mais latente: a pluralidade informacional em que a análise se baseia para a medição das condições de vida capta mais elementos, justamente por ser plural, que induzem a maior parte da população mundial às privações de liberdades de agência e consequentemente de bem-estar (SEN, 1992).

É justamente por conta do esgotamento do sistema vigente que propostas alternativas de promoção da vida humana surgem: seja por instrumentos analíticos como a Abordagem das Capacitações (AC), seja por organizações sociais como o Banco de Tempo Florianópolis (BTF). A necessidade de uma perspectiva mais humana nas relações econômicas une as duas iniciativas, AC e BTF, e servem como exemplos a serem observados para a construção de uma sociedade que pautar sua racionalidade na experiência humana e não em aspectos meramente econômicos e subjetivos os quais objetivamente privam boa parte de seus indivíduos de uma vida saudável.

Ao substituir a renda por outras variáveis, as duas iniciativas, AC e BTF, rompem com a racionalidade em que são organizados os instrumentos analíticos e de trocas da economia convencional e por isso se aproximam de propostas humanizadoras de promoção de bem-estar mais concretas. O BTF ao substituir a renda pelo tempo em seu sistema de trocas previne seus participantes de parte das desigualdades estruturais que uma economia capitalista possui: o tempo é o mesmo para todos independentes das relações mercadológicas que o trabalho intercambiado possui com a estrutura de trocas capitalista e por isso, o grau de liberdade de agência dos indivíduos que passa a ser balizado por uma métrica comum a todos os seres humanos tende a ser mais igualitário (SEYFANG,2002). Diferente da renda em que as condições para o seu acesso são marcadas por desigualdades assustadoras.

O tempo, substituído da renda no BTF, previne também que relações as quais fogem do controle do indivíduo deteriorem seu poder de compra: níveis de inflação astronômicos provocados por arranjos geopolíticos não conseguem alterar a passagem do tempo, mas podem provocar uma série de privações no indivíduo que tem suas necessidades atendidas por sua renda. Pela abordagem seniana, o BTF é

um promotor claro da liberdade de agência e do bem-estar, pois oferece uma alternativa para o indivíduo realizar suas capacitações que não seja a renda e assim possa executar aquilo que lhe é valorado sem ter que se inserir totalmente no mercado de trabalho convencional, o qual especialmente em países periféricos é marcado por condições totalmente desfavoráveis ao bem-estar humano.

As organizações colaborativas são marcadas por fortes valores de solidariedade, companheirismo e espírito cooperativo, elementos fundamentais para a experiência humana em sociedade. Por isso, o BTF é uma estrutura de troca que não só serve para o suprimento de necessidades objetivas à vida humana através da comercialização de bens e serviços por seus membros, como supre as demandas subjetivas dos indivíduos ao promover essa série de valores citada acima. É uma alternativa ao sistema de trocas vigente que não se preocupa apenas com os fins, ou seja, a aquisição daquele bem ou serviço, mas tem intrínseco à sua estrutura a valoração do meio em que esses fins são realizados, justamente por se passarem dentro de um sistema em que a ética é ponto de partida para sua construção.

As limitações do BTF são grandes em uma sociedade capitalista, ainda não há um exemplo de membro que consiga viver exclusivamente de suas trocas realizadas no grupo e por isso ainda tem que se sujeitar a lógica capitalista de produção e consumo. Mas isso não diminui a relevância que a iniciativa possui para a promoção de uma sociedade mais saudável e humanizada. A exclusão da renda nos intercâmbios de bens e serviços também exclui a impessoalidade que as relações de troca capitalistas demandam em uma troca no BTF as partes não são meros compradores e vendedores e sim membros conectados por uma rede colaborativa pautada em uma filosofia igualitária e por isso os vínculos humanos são mais encorajados. Os meios empregados para a satisfação daquela necessidade material chegam a fins que vão além da necessidade original: há o estabelecimento de uma rede comunitária e a possibilidade de suprir necessidades que não são rentabilizáveis, mas fundamentais a experiência humana, como os possíveis vínculos interpessoais que podem surgir do intercâmbio.

A Economia do Bem-Estar se distanciar da Ética é o mesmo que a economia se distanciar do humano. Como o ser humano é um ser ético, ele não pode ter a vida material organizada por teorias que levam em conta apenas a renda e sua

maximização. Como o candidato a presidência dos Estados Unidos Robert Kennedy discursou três meses antes de sua morte:

“Nosso PIB é atualmente superior a 800 bilhões de dólares ao ano. Mas esse PIB contabiliza a poluição do ar e publicidade de cigarro, e ambulâncias para limpar carnificinas nas estradas. Contabiliza fechaduras mais fortes para nossas portas e prisão para aqueles que as violam. Contabiliza a destruição das florestas e a perda da nossa capacidade de assombro diante do acúmulo.

Contabiliza o uso de napalm e os carros blindados da polícia que combate tumultos. Contabiliza os programas de TV que glorificam a violência a fim de vender brinquedos às crianças. Ainda assim o PIB não permite saúde, qualidade de educação ou a alegria do divertimento de nossas crianças.

Não inclui a beleza de nossa poesia ou a solidez de nossos matrimônios, a inteligência do debate público ou a integridade de nossos funcionários públicos. [O PIB] não é medida de nosso espírito nem de nossa coragem, tampouco de nossa sabedoria ou de nosso aprendizado, também não é medida de nossa compaixão ou de nossa devoção à nação.

O PIB mede tudo, em resumo, exceto aquelas coisas que fazem a vida significativa. E ele pode nos dizer tudo a respeito da América, exceto os motivos que nos levam a ter orgulho de sermos Americanos”.(KENNEDY, 1968)

Por isso, é fundamental que a elaboração de políticas econômicas tenham como norte a complexidade da experiência humana e não a diminuam por abstrações simplistas como os modelos Utilitaristas tendem a fazer: é necessário um retorno à Ética na Economia para que a forma que nos organizamos não se distancie de nossa condição humana.

Os valores éticos e morais como elementos nucleares das propostas de como organizamos a vida em sociedade e a economia estão presentes nas iniciativas alternativas ao sistema vigente. A Economia Solidária é uma proposta em que a ética e os valores morais compartilhados entre os adeptos aos movimentos de Economia Solidária norteiam as relações que são estabelecidas por essas iniciativas. É uma alternativa que busca superar algumas das contradições sociais do sistema capitalista, propondo uma nova maneira da sociedade se organizar e do seu sistema de troca.

A seguinte seção apresentará os conceitos básicos da Economia Solidária e algumas categorias as quais são fundamentais para o entendimento por completo do objeto de estudo deste trabalho que é o Banco de Tempo Florianópolis.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA NOVA FORMA DE PENSAR AS TROCAS

O capítulo tem como intenção ser o arcabouço teórico para o trabalho, apresentando na seção 2.1 os princípios da economia solidária remontando ao seu principal autor, Paul Singer. Na seção seguinte, ainda segundo Singer, será feita uma revisão dos movimentos embrionários de economia solidária na Europa durante o século XVIII e XIX. Posteriormente na seção 2.3 será feita uma apresentação do conceito de economia do compartilhamento e um paralelo entre os conceitos de economia solidária e economia compartilhada, na seção 2.4 será apresentado como está formalizada o conjunto de economia solidária no Estado brasileiro.

2.1 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA S

O sistema capitalista tem como princípio a competição. Essa competição pode ser, por exemplo, entre operários por vagas de emprego ou entre empresas por fatias de mercado. Este fundamento apresenta seus benefícios, como melhor desempenho e menores preços.

Apesar disso, as mazelas da competição não são irrelevantes. O economista Paul Singer (2002) mostra que os perdedores dos embates presentes no capitalismo perdem riqueza e prestígio, saindo em desvantagem nas competições seguintes. Esses fatores são transmitidos pelas gerações, acentuando seus efeitos. Essa sucessão de eventos leva à polarização econômica, a desigualdade como conhecemos.

As desvantagens nas competições do sistema capitalista que as privações provocadas pela desigualdade, acarretam em um cenário de desigualdade nas oportunidades que os indivíduos possuem para exercício de sua vida em sociedade. Há uma concorrência ferrenha pela distribuição da produção capitalista, em um contexto de abissais desigualdades nas oportunidades para os indivíduos se prepararem para concorrerem com seus pares. A igualdade de oportunidades é um dos fins que as propostas de economia solidária buscam atingir a fim de uma sociedade mais igualitária e justa.

A substituição da competição pela solidariedade como princípio fundamental da economia seria a forma de buscar a igualdade entre indivíduos de uma sociedade.

As cooperativas seriam a nova forma de organização produtiva na economia solidária, substituindo as empresas capitalistas.

O Ministério do Trabalho compila os princípios da economia solidária, baseando-se principalmente na bibliografia de Paul Singer, da seguinte forma:

Cooperação: o processo produtiva deve acontecer de forma colaborativa, unindo os esforços e capacidades individuais em prol do interesse e objetivo comum;

Autogestão: as decisões são tomadas de forma coletiva, tendo todos os participantes voz e voto. As influências externas não devem interferir a ação daqueles que trabalham;

Ação Econômica: além de ter outros valores e princípios éticos e morais, a Economia Solidária (ECOSOL) é motivada por ações como produção, comercialização, prestação de serviços, trocas, crédito e o consumo;

Solidariedade: o sentimento de empatia e consciência do todo coletivo está presente de várias formas na economia solidária, nas relações com a comunidade, atuação de movimentos sociais e populares, desenvolvimento sustentável, busca de um meio ambiente saudável, etc.

2.2 ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Singer (2002) trata o início da economia solidária como uma reação à propagação da pobreza no capitalismo industrial do Reino Unido durante o século XVIII. Industriais britânicos mais esclarecidos durante o fim do século XVIII e XIX perceberam que o nível de degradação do trabalho imposto sobre o proletariado ameaçava a reprodução em níveis adequados dos trabalhadores e limitava a elevação da produtividade.

Um dos destaques desse grupo era empresário do ramo de têxteis Robert Owen. O capitalista nasceu em uma pequena cidade no País de Gales no ano de 1771 filho de artesãos. Em seu complexo industrial estabelecido na cidade escocesa de New Lanark, Owen contrariou as tendências exploratórias capitalistas do século XIX, concedendo aos operários uma série de direitos trabalhistas e erguendo escolas e creches para os filhos dos operários.

"83. In searching out the evil conditions in which the workpeople were involved, their domestic arrangements for rearing their children from infancy appeared to me especially injurious. With the limited space in these dwellings, young children were always in the way of their parents, who were altogether ignorant of the right method of treating children.

84. I wished to take these children out of those evil conditions. To erect a building for my purpose would require about five thousand pounds, but this I estimated would be amply repaid by the improved character of the children. I had then to overcome the prejudices of the parents against sending their children so young to school. And I was opposed in all my views by the parish minister. "

Trecho dos diários de Robert Owen, retirado do site do museu dedicado a ele <http://robert-owen-museum.org.uk/new_lanark>.

O tratamento dado aos operários e suas famílias resultou em ganhos substanciais de produtividade e o complexo de New Lanark atraiu visitantes de todo o mundo.

Esse tipo de ação empresarial, por mais que fosse a frente de seu tempo e muito bem-vinda, não se caracteriza como economia solidária. Sua lógica capitalista é muito mais uma percepção da importância da qualificação da mão de obra e manutenção do bem-estar social para se ter uma força de trabalho produtiva e que se reproduz.

Já as propostas de Robert Owen apresentadas em 1817 visando retirar a economia da Grã-Bretanha de uma recessão têm um cunho mais solidário. A ideia consistia no uso do fundo de sustento dos pobres para compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, nas quais mais de 1000 pessoas trabalhariam no campo e indústria. Apesar de haver uma lógica econômica clara por ser mais barato que o mero sustento de miseráveis e por recolocar trabalhadores ociosos em seus postos, os princípios de autogestão e cooperação ficam evidentes no funcionamento dessas aldeias.

Suas ideias foram consideradas radicais e rejeitadas pelo governo britânico. Considerando que as propostas alterariam profundamente a organização social de uma parcela significativa da população e dissociaria produção e lucros, o establishment as rejeitou. Owen então viaja aos Estados Unidos buscando pôr seu modelo social em prática. Na cidade de New Harmony, estado de Indiana, foi estabelecida em 1825 a primeira Aldeia Cooperativa. A tentativa falhou em poucos anos, frustrando Robert Owen e o levando de volta à Inglaterra. Apesar da tentativa

ter dado errado, as ideias owenistas inspiraram a fundação de cooperativas em diversos ramos durante os anos seguintes (VIEIRA, Antonieta)

Com ideias semelhantes, o filósofo Charles Fourier elabora na França sua própria teoria utópica. A célula fourierista é o falanstério, que deveria ter 1800 habitantes que poderiam migrar em suas funções produtivas de acordo com sua vontade. Nessa unidade se misturam características socialistas e individualistas, como convivência comunal e propriedade privada, meios de produção compartilhados e sistema de mercado. Esta estrutura social, segundo Fourier, alcançaria alta produtividade, pois todos os indivíduos seriam livres para trabalhar no que bem entendessem e da forma que preferissem (D'Assunção, José, 2011).

O owenismo e o fourierismo não se encaixam por completo nos conceitos de economia solidária, mas merecem ser mencionados devido à influência sobre as iniciativas cooperativas e solidárias pelo mundo.

Além disso, Benoît Mure, médico e seguidor dos princípios de Fourier, tentou aplicar suas ideias e fundou na margem sul da baía da Babitonga¹ o falanstério do Saí. Segundo Hoyêdo Nunes Lins (2010), a colônia industrial fracassou rapidamente devido a desentendimentos em diversos níveis da organização. Ainda assim, o falanstério do Saí representa no estado um marco histórico na busca por novas formas de organização social como alternativa ao capitalismo.

Paul Singer (2002) argumenta que a disseminação dos direitos trabalhistas pós segunda guerra mundial afastou os movimentos operários da luta por novas organizações produtivas e os levou a defender a manutenção e ampliação desses direitos. Essa mudança seria causa de desinteresse pela economia solidária e das mudanças nas estruturas de cooperativas, com assalariamento de funcionários e profissionalização da gerência. Na década de 1970, com o fim do pleno emprego, os sindicatos perdem força e o cooperativismo e a economia solidária se reinventa. Nesse modelo, o assalariamento perde prestígio no movimento e o princípio da autogestão volta à tona.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MUNDO GLOBALIZADO.

O desenvolvimento das economias de mercado e do regime capitalista ao redor do mundo a partir da segunda metade do século XX rompeu com os limites geográficos do capital, caracterizando um sistema cada vez mais integrado e veloz conforme as tecnologias de comunicação se aprimoram. A globalização é o resultado desse processo de aprofundamento das relações do capital, a qual formou um grande mercado global unificado para os bens, serviços e fatores de produção incluindo a força de trabalho, capital, tecnologia e recursos naturais o qual atinge a totalidade do espaço físico de nosso planeta.

A globalização como sinônimo do desenvolvimento do regime capitalista implica no desenvolvimento das relações inerentes ao capital, em especial na exploração dos países periféricos pelos países centrais uma vez que as barreiras geográficas para a exploração são superadas pelos artifícios tecnológicos empregados. O aprofundamento do capitalismo dependente (MAURINI, Mauro) dos países periféricos representa o crescimento da exploração de sua mão de obra, recursos naturais e incentivos públicos, a qual alterou o sistema social econômico e político. Na esfera social, há a pressão pela redução dos direitos trabalhistas, diminuição dos salários e alargamento da jornada de trabalho, ou seja, a maximização da função de produção com o mínimo possível. A migração aos milhares também é um reflexo do processo de globalização, a qual se intensifica com o encurtamento da duração dos ciclos de prosperidade do capital e desloca massas humanas aos milhões em busca de melhores oportunidades de vida. A instalação de parques industriais atrai mão de obra barata e desqualificada, que tende a migrar para as grandes cidades ou para polos empresariais. A economia globalizada torna-se cada vez mais dependente dos recursos estrangeiros, já que a indústria nacional não tem força para competir com poder comercial, econômico, tecnológico e político das empresas estrangeiras. Além disso, o mercado consumidor, caracterizado pelos baixos salários, não consegue sustentar demanda suficiente para despertar interesse no empreendedorismo local. (MARZANO, Vanessa; BENTO, Ivis;)

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação (Maria da Conceição

Tavares, *Destrução não criadora*, 1999). A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: do pensamento único à consciência universal, SANTOS, Milton)

Diante esse contexto de reestruturação produtiva, a dimensão da cultura nacional é influenciada – senão atropelada – pelas referências exteriores. Apenas aquilo que não é produzido domesticamente é valorizado, enquanto no campo político há um estreitamento na relação entre o governo dos Estados subdesenvolvidos e a direção das grandes empresas multinacionais, garantindo os interesses estrangeiros em detrimento do próprio povo. A cultura de massa a qual o mercado vai impondo, com maior ou menor força, aqui ou ali, é um dos instrumentos da expansão das formas da globalização econômica, técnica, financeira e cultura: seu caráter vertical unificador, homogenizador, conduzido pela cegueira do mercado consumista e indiferente às realidades dos lugares e sociedades aprofunda ainda mais o desenvolvimento do capitalismo globalizado. (SANTOS, Milton)

Na era da globalização em que se promove uma homogeneização cultural maciça e a marginalização da maioria da população, as iniciativas de economia solidária oferecem possibilidades de integração e desenvolvimento daqueles que o fenômeno da globalização segrega. O contexto de escassez que o mundo globalizado promove para a maioria da população mundial fomenta possibilidades de organização popular para a superação de sua condição: a privação de meios, sejam materiais ou não, induz a busca por meios alternativos de inserção na economia globalizada que não trilhem os caminhos impostos pela força de mercado.

O fenômeno das moedas sociais atua, portanto, na contramão do fenômeno da globalização. Ele possibilita, por meio do “fechamento” da comunidade em relação ao Brasil e ao mundo, a criação de uma poupança interna à comunidade que financia o seu posterior desenvolvimento. (Nicole Julie Fobe, *A economia Solidária ante a globalização: o caso das moedas sociais*). As relações interpessoais, e, portanto, geograficamente próximas,

que as iniciativas de ECOSOL promovem, lhe conferem o aspecto local e conseqüentemente contrário aos valores que marcam o fenômeno da globalização. As características de horizontalidade da ECOSOL facilitam a construção do período popular (SANTOS, Milton) a qual antagoniza com a cultura de massas, símbolo do processo de globalização.

No fundo, a questão da escassez aparece outra vez como central. Os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. (POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: do pensamento único à consciência universal, SANTOS, Milton)

No debate sobre o fenômeno da globalização a ECOSOL pode ser vista como uma promotora da cultura popular, a qual difunde valores regionalistas que vão contra a homogeneização imposta pelo capital globalizado. A solidariedade por exemplo é um dos valores em comum entre a cultura popular e a ECOSOL, assim como a horizontalidade das relações e a busca por alternativas ao sistema econômico, político e social vigente.

2.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, a ECOSOL é gerida pelo Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que está relacionada ao Ministério do Trabalho. O SENAES é o órgão responsável por identificar e organizar os empreendimentos de economia solidária e entidades de apoio e fomento por todo território nacional. De acordo com Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) (2018), a economia solidária é uma nova maneira de produzir, comercializar e trocar bens e serviços, em que há uma união entre os donos do negócio e os empregados, pois todos têm a voz ativa para a tomada de decisões para dividir os trabalhos e, por fim, uma repartição dos resultados.

Desiludidos com o paradigma capitalista, em que os bens e serviços se tornam cada vez mais fictícios e suscetíveis a perdas, grupos de pessoas vêm tomando iniciativas econômicas sejam no campo ou na cidade, em que torna essa relação material mais real. Há uma clara noção de todo o processo produtivo e a

procedência de tal produto/serviço, aproximando e engajando os clientes para com os trabalhadores que estão organizados coletivamente.

O SENAES define os grupos que participam e desenvolvem a economia solidária em quatro categorias: Empreendimentos solidários, Entidades de Apoio e Fomento, Organizações de Representação e Governos. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações de pessoas em associação de forma coletiva em: cooperativas de agricultura, bancos comunitários, cooperativas de crédito, clubes de troca, redes de produção, coleta de reciclagem, etc. São compostos por duas ou mais pessoas que não pertençam à mesma unidade familiar, e que haja uma gestão democrática das atividades e distribuição dos resultados e que tenham foco na realização das atividades econômicas de modo permanente.

Os Empreendimentos Econômicos solidários estão distribuídos por todo o Brasil e seus casos de sucesso são muitos. As condições de adversidades que a grande massa da população brasileira está inserida faz com que a população se organize e busque alternativas para superá-las, como em uma comunidade da cidade de Fortaleza que criou a primeira moeda social brasileira e teve seus resultados reconhecidos mundialmente, e mais importante, por sua própria comunidade.

2.4.1 O Banco de Palmas

Em uma comunidade carente de 30.000 habitantes no interior do Ceará foi criado um dos primeiros casos de sucesso de bancos comunitários no Brasil. Ao se depararem com a informação de que mensalmente os moradores dessa comunidade carente gastavam R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), os líderes da Associação de Moradores se questionaram como o bairro pode ser tão pobre, concluindo que o problema residia na circulação do dinheiro e não na sua arrecadação como se era pensado: o dinheiro era ganho na comunidade, porém boa parte de seu uso se situava fora da comunidade, debilitando a economia local severamente. (GOMES, Euridíce; NANNI, Ninna)

Surge daí a proposta de criação de meio circulante próprio do bairro para que a sua circulação se desse nos próprios limites geográficos da comunidade e assim

foi implementado um mecanismo alternativo à moeda nacional: o Palma. As lideranças comunitárias contaram com o apoio de comerciantes locais, ONG's, parceiros estrangeiros e instituições financeiras para a emissão da primeira moeda social brasileira, a qual permitiu a integração de todos os grupos econômicos da região garantindo o sucesso do empreendimento, uma vez que como será exposto mais adiante, o sucesso da implementação de moedas sociais demanda a confiança de instituições já consolidadas na comunidade.

Para manter a circulação da moeda localmente, e assim prevenir a fuga de capital, o sistema foi implantado a partir de duas frentes: os consumidores e os comerciantes. Aqueles que desejavam expandir seus negócios poderiam adquirir um empréstimo do Banco Palmas em moeda nacional o qual só poderia ser quitado em palmas, a moeda do banco e posteriormente necessitasse efetuar alguma compra de um fornecedor externo à comunidade, ele poderia trocar as moedas sociais por moedas nacionais. Essa estratégia força o curso da moeda local como substituto do real e com a convenção entre os comerciantes de oferecer de 5 a 10% de desconto para os pagamentos em palmas, a popularidade e aceitação da moeda foram conquistadas rapidamente na comunidade, além da promoção da fidelidade dos clientes com os estabelecimentos locais. Em 2009 o Banco Palmas já contava com 240 empreendimentos que aceitavam a moeda local pelos seus produtos e serviços. Os consumidores podem adquirir a moeda social de duas maneiras: trocando a moeda oficial pelo palma ou através de empréstimos sem juros (GOMES, Euridíce; NANNI, Ninna).

A nova moeda gradualmente foi ocupando o lugar do real na comunidade e o fato de ela não ser aceita fora dos limites da comunidade fez com que a riqueza do bairro não saísse de seus limites, promovendo assim o desenvolvimento e enriquecimento da região. Contando com uma nova fonte de recursos, a Associação de Moradores do bairro pode viabilizar mudanças profundas na qualidade de vida de seus moradores: o que antes era uma favela com poucos empreendimentos se tornou um bairro reformado, empreendedor e integrado.

Ao inserir a população excluída do sistema financeiro nacional, o Banco Palmas mitiga as privações dessas populações e lhes oferece um panorama mais amplo de oportunidades para empreender suas habilidades com fins econômicos os

quais não precisam necessariamente envolver o real. Com menos burocracias que o sistema bancário tradicional, o Banco Palmas ainda tem uma metodologia de avaliação de crédito diferente a qual leva em consideração diversos aspectos na sua análise de risco os quais são ignorados pelos bancos comerciais, promovendo a inclusão econômica daqueles que não seriam englobados pelas vias tradicionais.

As moedas sociais acarretam em benefícios não só materiais para a população ao promover o comércio de bens e serviços da comunidade, de acordo com um dos fundadores do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Segundo (2016), a moeda social promove uma integração entre os moradores a qual antes de sua existência não ocorria. Hoje, o volume de compras na região gira em torno de R\$ 6 milhões, quatro vezes superior ao período anterior à moeda social.

2.5 ECONOMIA COMPARTILHADA

“Quanto mais advém uma sociedade de custo marginal próximo a zero, se abre um novo modo de organizar a vida econômica com base na abundância que na escassez.” (J. Rifikin).

A era da informação finalmente chegou. Ainda que a população mundial siga enfrentando desafios antigos como a fome, déficit habitacional e guerras, o acesso à informação através dos canais digitais é quase universal e próximo do gratuito. Com mais de 80% da população mundial sendo usuária de celulares, o aparato comunicacional e informacional se integrou como elemento vital ao modo de organização da sociedade e tem provocado mudanças profundas na forma que a economia mundial se organiza. (LISBOA, 2017)

O acesso à internet por mais da metade das pessoas do planeta, possibilitou a formação de uma comunidade mundial interconectada e dinâmica, a “sociedade em rede” (Castells, 2000): 2.23 bilhões de pessoas usam a rede Facebook (Statista), criada em 2004, onde podem interagir com sua rede mundial de contatos pela distância de apenas um clique. A empresa Google, surgida há apenas vinte anos é hoje a marca mais valiosa do mundo, ilustrando claramente o rumo que a sociedade pós-industrial tem tomado em direção a indústria da informação e comunicação. (LISBOA, 2017)

Entre as possibilidades que o mundo conectado criou, a economia do compartilhamento se aprofundou severamente nas novas gerações, alterando paradigmas de consciência e materiais da sociedade. A interconectividade fácil e barata que os aparatos tecnológicos de comunicação propiciaram, alteraram o padrão de comunicação unidirecional para prática da auto comunicação interativa de massas. A eficiência promovida por esses instrumentos de comunicação permite melhoras significativas na combinação de fatores de produção, integrando o compartilhamento ao metabolismo da produção capitalista. Esse metabolismo irrompe com a difusão da Internet e sua arquitetura voltada a livre circulação de dados na rede de modo que qualquer pessoa com um computador e conectada a rede possa ter acesso. A disseminação veloz da rede de Internet amplificou exponencialmente o processo de criatividade interativa, elemento marcante na cultura cibernética.

Para conferir a amplitude das iniciativas de economia compartilhada, basta analisarmos duas empresas gigantes de serviços: Uber e Airbnb, sendo a primeira a maior companhia de transporte individual do mundo, com uma frota de veículos própria extremamente pequena, e a segunda a maior rede de hospedagem do mundo não possuindo nem mesmo um único quarto próprio para a locação. (LISBOA, 2017)

Os efeitos econômicos e sociais da economia do compartilhamento não se limitam às iniciativas criadas em torno das inovações tecnológicas de comunicação do Vale do Silício, como os exemplos citados anteriormente (Uber e Airbnb), em busca de ganhos excepcionais que as inovações e seu monopólio podem propiciar: há a inserção da confiança e cooperatividade como elementos fundamentais para a produção nas iniciativas de economia compartilhada, contrapondo os valores do consumismo egoísta que está esgotando as possibilidades de reprodução da vida humana em nosso planeta. Suas implicações antropológicas estão na mudança da postura, especialmente dos jovens, com as relações materiais que, agora, advém de relações interpessoais e institucionais pautadas na confiança. A facilidade de contato gerada pelas inovações comunicacionais entre demandantes e ofertantes (de produtos e serviços) implicam em relações mais diretas e descentralizadas entre

as partes, provocando ressignificações profundas nas relações de consumo visto que há um contato mais direto entre o consumidor e produtor. (LISBOA, 2017)

2.5.1 Economia compartilhada e a Economia Solidária

A conexão entre a economia solidária e a economia compartilhada está justamente nas ressignificações que esses modelos implicam nas relações de produção. Enquanto a economia solidária opera a partir da cooperação em busca de frutos compartilhados entre as partes, a economia solidária usa o elemento do compartilhamento base para seu funcionamento, mesmo que seus frutos estejam orientados pela acumulação dos lucros extraídos do processo produtivo. A cooperação é o ponto de interconexão entre as duas plataformas, as quais juntas podem vir a se tornar instrumentos poderosos de mudanças no contexto social que estão inseridos, como o Banco de Tempo Florianópolis o qual será exposto mais adiante. Instrumentos inclusivos e contrários a exploração da vida humana pelo capital são fundamentais para uma sociedade que preza a qualidade de vida de sua população como um todo e não de uma pequena parcela e tão pouco confunde a qualidade do viver por quantidade a consumir, equívoco explícito no mundo capitalista que está desenfreadamente exaurindo os recursos naturais e humanos de nosso planeta. (LISBOA, 2017)

A ECOSOL e a economia compartilhada usam o elemento central da existência humana, a comunicação, como motores para seu desenvolvimento e portanto, seu desenvolvimento depende do centro da existência humana. Por isso, representam possibilidades para a organização do mundo material dos homens pautadas na experiência humana e não na estrutura orientada pelo mero crescimento de números que decodificam a capacidade de produzir e concentrar o que é produzido no regime capitalista mundial. (LISBOA, 2017)

2.6 MOEDA SOCIAL

A moeda social é uma forma de moeda paralela à moeda nacional a qual é criada e administrada por sua própria rede de usuários. Sua emissão é originada na esfera privada e ela não precisa possuir vínculo com a moeda nacional.

Seus criadores e participantes a assumem como um compromisso em comum o qual a confiança mútua entre os usuários dessa iniciativa mantém a sua circulação ativa. As moedas sociais são percebidas como instituições de caráter normativo pois busca reestruturar o sistema de trocas a serviço de seus objetivos sociais de acordo com os valores éticos e morais comum a seus participantes. As experiências de moedas sociais podem divergir quanto o conjunto de valores a serem perseguidos, mas dois significados aparecem recorrentemente: como meio de troca marginal ou complementar a moeda social, possibilitando maior poder de troca de seus participantes e/ou como uma maneira de reinvenção da economia a qual integra outras esferas da vida as quais a economia de mercado não pode captar. As moedas sociais podem ser vistas como: “uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que estão por trás das atitudes mercantis em geral e ainda mais especificamente do instrumento monetário tradicional.”.

As moedas sociais resgatam a instituição monetária que possuem em sua dinâmica o espaço para a disputa de poder (a qual beneficia um grupo em detrimento a outro), estimula valores sociais e constrói (ou destrói) hábitos de socialização. Portanto, em termos de moeda social não faz sentido ela ter seu lastro em moeda nacional, mas pode vir a ter uma relação de paridade com a mesma.

Segundo a autora BISAGGIO, Claudia, (2006) há alguns princípios imutáveis nas experiências de moeda social:

- 1) Democracia participativa: gestão da moeda pela própria rede de usuário, administração transparente e socialização das responsabilidades.
- 2) Continuidade: o que possibilita a aceitação da moeda é a certeza que haverá continuidade nas operações de intercâmbio da iniciativa.
- 3) Confiança: a confiança que é gerada com o reconhecimento dos membros do grupo é o que respalda o valor da moeda e garante sua circulação.
- 4) A moeda como um meio exclusivamente de trocas, sem a possibilidade de cobrança de juros e com possíveis penalidades para o seu entesouramento.

5) A atividade econômica como promotora de bem-estar: a exploração do trabalho alheio não está no objetivo final de sua circulação.

A utilização de uma moeda social confere ao grupo um caráter de autonomia perante o que será usado como equivalente universal de troca, negando a centralidade da emissão da moeda nacional e pulverizando sua criação e administração através de múltiplos polos. Por isso não há a garantia do Estado para valer os compromissos firmados com essas moedas, reforçando a importância da confiança entre os seus usuários para manutenção do sistema de trocas alternativo.

Como todo equivalente de troca as moedas sociais devem respeitar alguns princípios para cumprir suas funções:

1) Medida ou unidade de valor: o uso como medida de valor para facilitar os acordos realizados com a moeda.

2) Meio de pagamento: garantindo que os intercâmbios possam ser feitos em diferentes espaços, tempo e agentes.

3) Reserva de valor: as moedas sociais devem representar uma medida de valor a qual quando bem administrada não irá ter volatilidade elevada. Para cumprir sua função social é necessário que seu valor se mantenha constante para coibir as possibilidades de especulação. A gestão da moeda social deve criar instrumentos e medidas auto regulatórios para que seu valor se mantenha constante e não passível de especulação.

Como a confiança é o fator central para a dinâmica e sucesso das moedas sociais, os grupos reduzidos e homogêneos são mais aptos para a sua implementação, uma vez que os valores morais em grupos homogêneos são mais convergentes que nos grupos heterogêneos. Todavia o desenvolvimento das moedas sociais demanda diversidade para garantir a resiliência necessária para superar as barreiras que a instituição dominante da moeda social impõe, pois: “apesar de se originar em uma cooperação voluntária sofre da fragilidade inerente as instituições que vem quebrar uma antiga tradição ou rotina (o apelo do dinheiro nacional que a maioria utiliza, a relação heterônoma e retificada que essa forma de instituição monetária engendra), pois as instituições já incorporadas no imaginário são capazes de uma forte resistência.”

A sustentação e sobrevivência das instituições de qualquer natureza dependem de quatro critérios centrais: autopunição, hábito, comodidade (NORTH, 2001) e conectividade (SOARES, 2006). A autopunição é observada nas instituições monetárias quando suas regras formais e códigos informais não são respeitados e essa ação confere algum tipo de benefício para seu praticante, a falsificação de moedas garante mais poder de compra para o falsificador por exemplo. Há uma recompensa garantida pela quebra do funcionamento da instituição monetária e nos casos das moedas sociais, não existem as garantias que o Estado e toda sua instrumentalização, por exemplo, possui para que os códigos normativos da moeda nacional sejam respeitados e que as infrações sejam punidas. A definição da moeda social por si nega o apoio extra-institucional e a punição para os desvios de seus códigos devem ser realizados pela própria instituição, por tanto a primeira limitação reside na necessidade do apoio de um órgão externo à instituição para lhe conferir a capacidade de punição ou na homogeneidade de seus membros onde a ideologia comum desestimule a fraude.

Quanto ao hábito, a interpretação do dinheiro como expressão da consolidação da economia de mercado na sociedade moderna e não como mero equivalente geral, é uma prática totalmente integrada no imaginário coletivo. Portanto, qualquer instituição que vá de encontro a essa interpretação será não usual e terá de enfrentar os costumes fortemente enraizados da população: “imaginário hegemônico é pouco favorável à diversidade no campo das moedas, a não ser quando essas se encaixam como complementares à dinâmica da moeda nacional (CARVALHO, 1982). Ou seja, não cabem nessa sociedade moedas paralelas no sentido denotativo. Elas cabem apenas enquanto conformadoras de um sistema hierarquizado (BLANC, 1998), sendo exatamente esse o critério unificador do sistema monetário.”.

O critério de comodidade engloba as possibilidades do emprego da moeda social como concorrente da instituição dominante e suas implicações. As punições pela insubordinação à moeda estatal que podem ser desde a opressão direta pelo Estado as moedas sociais à principalmente a sua rejeição pela economia de mercado, o que reduz seu leque de opções de intercâmbio. Negar o emprego da moeda nacional é não contar com todas as instituições que a fazem valer e por isso os usuários das moedas sociais possuem poucas garantias para a continuidade da

instituição, que caso se extinga pode deixar seus membros com uma moeda que não possui valor algum, pois o sistema que lhe permitia intercambiar valores já não existe mais (SOARES, 2006).

A conectividade de uma moeda social é um critério que garantirá sua durabilidade, pois quanto mais desenvolvido o sistema de trocas nessa instituição estiver na provisão de bens e serviços orientados por seus valores, mais penoso se torna a um membro para se desligar do sistema. A conectividade possui outros benefícios que não são captados pela perspectiva econômica vigente, mas que também dependem da capacidade de articulação de cada grupo com outros com que interajam de forma a se auto reforçar.

2.7 CAPITAL SOCIAL

Em uma economia de mercado que o valor se traduz apenas em preços, a análise das iniciativas que buscam caminhos alternativos para garantir a reprodução material, seja integral ou em partes, de seus membros como a Economia Solidária propõe, pode limitar os elementos dessas iniciativas a serem analisados. O capital físico e suas formas de expressão costumam ser o elemento focal da análise das instituições que muitas vezes buscam superar essa simplificação abstrata da vida humana em termos de renda (SEN, Amartya). A riqueza de uma sociedade está contida em seus membros, e por isso ha de ser analisado também as outras formas de expressão de valor para a experiência humana. As relações que criamos e nutrimos durante nossa vida são incapazes de serem precificadas, e ainda assim possuem grande valor. O capital social é uma das categorias de análise a qual os empreendimentos de Economia Solidária produzem e que muitas vezes podem escapar daqueles que buscam avaliar os impactos desses empreendimentos.

O capital social se difere da categoria de capital que engloba a infraestrutura material e de capital humano. O capital humano está relacionado com as habilidades e conhecimentos adquiridos pelo indivíduo que em conjunto com os aspectos pessoais e o esforço despendido podem aumentar as possibilidades de bem-estar pessoal, social e econômico. Tem relação direta com os processos de aprendizado formais e informais do indivíduo e sua aquisição e emprego são processos individuais.

A infraestrutura compreende o conjunto de instalações materiais que servem como meios para a produção e distribuição se realizar.

Capital social é definido como o conjunto de regras, códigos, instituições e relacionamentos que permitem a cooperação dentro ou fora de diferentes grupos sociais, por isso há a necessidade de interação entre pelo menos dois indivíduos, sendo a comunicação o instrumento de conexão entre as partes. As estruturas de cooperação de uma comunidade evidenciam o seu capital social, e toda sua multidimensionalidade, a qual os instrumentos de avaliação da economia de mercado podem enfrentar dificuldades para captar e avaliar.

As redes sociais de uma comunidade são estruturas fundamentais para a inclusão social e devem ser entendidas como canais por onde se transita informação e conhecimento, os quais de acordo com as características da rede conformam o conjunto de suas normas e padrões. De um ponto de vista estreito, o capital social de uma rede social é justamente esse conjunto de normas e padrões que facilitando a cooperação entre seus membros e reduzindo o custo para o acesso e trânsito de informações, e assim promove o bem-estar social dessa comunidade. Para essas relações há de se pressupor a igualdade entre seus membros para que seja possível a estruturação da rede de cooperação.

Pierre Bordieu (1985) reconhece o capital social como a soma dos recursos provenientes da rede de relações reconhecimento mútuo institucionalizada no campo social. A interação entre indivíduo e estrutura determina como será a estratégia de progresso dentro da hierarquia social e como os espaços do campo social são caracterizados por manifestações de relações de poder, pode se dizer que os campos sociais se configuram a partir da distribuição desigual de um quantum social que determinará a posição que o indivíduo ocupa em seu interior. Dessa maneira, o campo social se estrutura em dois pólos opostos: o dos dominantes e dos dominados. O primeiro ocupado por aqueles que possuem o máximo do capital social, enquanto o outro é marcado pela escassez do mesmo recurso.

Há evidências de que o capital social pode reduzir a pobreza e promover a inclusão social das populações em situação de privação, que se situa justamente no pólo dos dominados e carentes de capital social. A literatura de pesquisa econômica do tema apresenta algumas características fundamentais dessa forma de capital

(MARTELETO, Maria; BRAZ, Antonio, 2004) como a não ocorrência de retornos decrescentes; que o capital social não se deprecia, pelo contrário, seu uso o aprecia; sua produção é coletiva dentro das comunidades, porém seus benefícios não podem ser previamente mensurados. Essas características reforçam a multidimensionalidade do capital social e como seu entendimento demanda diversos níveis análise, o que pode dificultar a mensuração de seus impactos e do seu processo de criação. É justamente na sua criação que os mecanismos associados para a mesma não são tão evidentes: por ser exclusivamente criado em comunidade, o capital social não possui outro proprietário se não a própria comunidade e a dificuldade dos economistas reside justamente no fato de não conseguir identificar uma comunidade como unidade capaz de tomar decisões.

Vale ressaltar que nem toda forma de capital social é positiva, podendo assumir formas que reforcem e desenvolvam repressões especialmente com o polo dos dominados no campo social. Os próprios concentradores do capital social podem utilizá-lo para o prejuízo de seus pares, impondo regras e normas que oprimem e segregam algum grupo específico.

A orientação dos valores e normas de cada rede social, a qual superpostas conformam a rede da comunidade como um todo, pelo seu capital social organiza seus indivíduos para ações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes sociais e podem mobilizar seus membros para pautas comuns a todos.

2.7.1 Tipologias capital social: Bonding capital e bridging capital.

Os conceitos de capital social bonding e bridging estão associados com as teorias das redes sociais e proximidade dessas redes. As tipologias de capital social bonding e bridging foram descritas como tipos de capital social (Ramos Pinto 2012), como formas de capital social (Gooderham, Minbaeva, e Pedersen 2011; Widén-Wulff et al. 2008; Woolcock e Narayan 2000), como dimensões de capital social (Woolcock e Narayan 2000), e como funções de capital social (Seferiadis et al. 2015). Alguns autores conceituaram a diferença entre os dois tipos de capital social como diferentes tipos de confiança. O capital social bridging poderia ser conceituado como uma confiança generalizada, adquirida, enquanto o capital social bonding pode

ser descrito como confiança atribuída (van Staveren e Knorringa 2007). As diferenças entre as duas tipologias de capital não são fáceis de serem apontadas devido as múltiplas e sobrepostas relações dos indivíduos com os outros (Healy 2002).

O capital social bonding é um tipo de capital que descreve as conexões de dentro de um grupo ou comunidade caracterizado por altos níveis de similaridade em características demográficas, comportamentais e de disponibilidade de informações e recursos. O capital social bonding existe entre “pessoas como nós”, as quais tipicamente possuímos uma relação forte, como familiares, amigos e vizinhos. É um tipo de capital o qual envolve grupos com históricos de vida semelhantes e que compartilham interesses em comum, e assim provendo assistência emocional e material. O capital social bonding se refere a redes com alta densidade de relações entre seus membros, os quais em sua grande maioria pertencem a redes interconectadas, pois os indivíduos se conhecem e interagem entre si regularmente.

As amizades são frequentemente classificadas como uma forma de capital social bonding, pois frequentemente são formadas entre pessoas com interesses e características compartilhadas e as quais recorreremos em períodos de crise. Contudo uma amizade também pode ser uma forma de capital social bridging, uma vez que frequentemente formamos laços com pessoas com diferentes históricos culturais e socioeconômicos, idade e disponibilidade de recursos e informações.

O capital social bonding ocupa uma função de auxílio essencial para as pessoas em situação de privação de recursos econômicos e de uma boa saúde. Essa forma de capital facilita a cooperação entre os membros e tende a facilitar o dia-a-dia dos indivíduos com as ações colaborativas. A pesquisa de Edin e Lein (1997) apontou a necessidade de mães pobres moradoras de complexos de habitação públicos, do dinheiro obtido através de suas redes de familiares e amigos para poderem sobreviver e pagarem suas contas. Na mesma pesquisa é notado que a carência do capital social bridging dificulta as possibilidades dessas mães se conectarem com indivíduos e organizações fora de suas redes sociais que poderiam promover mudanças sociais e outras formas de assistência.

Os efeitos negativos do capital social bonding é que sua natureza de exclusividade pode gerar um sentimento de exclusão de outros grupos diferentes quando os laços criados nessas redes são desenvolvidos de maneira excessiva. Grupos de ódio possuem um capital social bonding altamente desenvolvido, porém representam uma parte pequena dos efeitos dessa tipologia de capital, a qual se trata de uma importante fonte de apoio social.

Já o capital social bridging se trata de um tipo capital social o qual descreve as conexões que unem pessoas as quais ocupam espaços diferentes na sociedade, com características que tendem a dividir os indivíduos como classe, raça ou religião. É descrito como as relações entre pessoas com interesses compartilhados os quais possuem identidades sociais contrastantes. Enquanto o capital social bonding reforça a homogeneidade de um grupo, o capital social bridging amplia o alcance das redes sociais para os mais diversos grupos da sociedade.

Como serão expostos nos capítulos adiante, os bancos de tempo são capazes de desenvolver as duas formas de capital social. As relações desenvolvidas entre os membros através das transações com a moeda social, naturalmente desenvolvem o capital social bonding, pois a rede de suporte social dos usuários é ampliada dentro de uma rede com características as quais tendem a serem homogêneas. Contudo os bancos de tempo também servem de instrumentos que colocam pessoas que normalmente não desenvolveriam algum tipo de relação entre si, servindo de ponte entre os diferentes grupos sociais e conseqüentemente desenvolvimento da tipologia bridging.

3 OS BANCOS DE TEMPO

O presente capítulo descreverá o que são os bancos de tempo, sua origem, estrutura, implicações, alcance e limitações. A partir da literatura existente serão explorados os modelos de bancos de tempo já existentes, como se dá o funcionamento dessas iniciativas e os impactos que possuem nas comunidades que estão instalados.

A análise exploratória dos bancos de tempo servirá como base teórica para o estudo de caso realizado neste trabalho: Banco de Tempo Florianópolis (BTF). Sua análise serve para fomentar o debate sobre os empreendimentos solidários colaborativos e para que o BTF tenha material analítico para o auxílio nas tomadas de decisão para sua manutenção e desenvolvimento. A era digital permite perspectivas de crescimento dos bancos de tempo jamais imaginadas em sua criação, e a carência de literatura especialmente sobre essas iniciativas brasileiras é um obstáculo a ser superado para que os bancos de tempo possam contar com o respaldo bibliográfico para que possam usar as outras experiências, especialmente internacionais, como referência para seu desenvolvimento.

3.1 A ORIGEM DOS BANCOS DE TEMPO

Comumente a criação do banco de tempo é creditada ao ativista em direitos civis norte-americano Edgar Cahn. Provavelmente dado a maior acessibilidade aos seus escritos para os ocidentais, os créditos de progenitor ideológico dos bancos de tempo são dados de forma errônea para o estadunidense, uma vez que a real origem dos bancos de tempo ocorreu do outro lado do globo através dos esforços da japonesa Teruko Mizushima.

A fascinação de Mizushima com o tempo começou quando ela colapsou por exaustão após um dia de trabalho físico intenso (Miller, 2008). De acordo com o autor, conforme ela se recuperou, a dona de casa passou a consultar como as pessoas usavam o seu tempo, advogando pelo direito de reservar uma parte do seu tempo para elas mesmo. Ela ficou profundamente envolvida com a criação de uma nova maneira mais eficiente de usar o tempo, devido o reconhecimento de sua

importância como um recurso disponível a todos e que poderia ser mais valioso que o próprio dinheiro.

Teruko perdeu seu marido para a Segunda Guerra Mundial e com a rendição do Japão em 1945, as casas da família de Teruko estavam destruídas por conta dos bombardeios dos Aliados, e assim a mãe solteira de duas crianças com seus 25 anos passou a ser responsável pelo cuidado de seus filhos e dos pais idosos de seu falecido marido. Para fugir da desnutrição que acometeu o Japão no pós guerra, ela começou a trocar trabalhos de costura por vegetais frescos dos produtores locais. Consciente de que poderia morrer a qualquer momento, ela se questionou quem iria cuidar de seus dependentes caso morresse, o que levou a reflexão de como as pessoas poderiam garantir a segurança de seus próximos no evento de sua morte.

No contexto de privações materiais no pós-guerra, Teruko reconheceu cada vez mais o poder da força coletiva. Ela integrou um grupo de mulheres que compravam suprimentos coletivamente e viu como a articulação das participantes do grupo garantia os melhores preços do mercado para suprir suas necessidades, e assim, foi se convencendo que deveria haver uma maneira mais eficiente de estabelecer o valor das contribuições feitas no passado que a forma monetária de valor, quando a assistência é realmente necessitada como no período de crise em que estava inserida (SINGH, 2017).

Sua experiência com o impacto devastador das flutuações imprevisíveis nos preços fez com que Teruko desacreditasse tanto do capitalismo, como do comunismo.

O tempo, diferente do dinheiro, não está sujeito à inflação em suas transações e seus usuários podem se proteger de uma maneira que o dinheiro não garantir. As conexões feitas através das transações com esse meio alternativo ao dinheiro, poderiam resistir por períodos mais longos uma vez que o tempo não está sujeito às oscilações que a moeda passa numa economia capitalista. Com essas ideias em mente, Mizushima creditou às moedas comunitárias a solução para o futuro das economias locais.

Os desafios vivenciados por Mizushima no período de guerra e pós conflito a inspirou a criar o primeiro banco de tempo do mundo em Tóquio no ano de 1973. Ela estava interessada em avaliar se uma moeda baseada no tempo poderia preencher

as lacunas que o governo japonês não era capaz de preencher. Assim, surge o banco de tempo e sua forma de intercambiar valor através de um meio disponível a todos, o tempo: os participantes podiam trocar seus serviços entre si e assim garantiam auxílio no seu dia a dia e nos momentos de crise. Contribuindo com o tempo, os indivíduos construíram uma rede de seguridade social comunitária a qual poderiam contar caso precisassem. O grupo de Mizushima conta com diversas mulheres e alguns homens, e em 2007 contava com 125 agências espalhadas em todo Japão, com a maior concentração ao redor de Osaka, onde a organização foi criada (SINGH, Sara 2017).

É incerto se Edgar Cahn conhecia o trabalho de Mizushima, a maioria dos apontamentos biográficos indicam que ele chegou à mesma idéia desconhecendo a obra da japonesa algumas décadas depois em 1980. Enquanto ele se recuperava de um infarto em 1980 se sentindo inútil em sua condição vulnerável sonhou com as horas como uma moeda comunitária e como solução para os massivos cortes em bem-estar social que marcaram a política da década. Se não havia recursos em moeda nacional suficientes para a promoção do bem-estar social, por que não resolvê-los com uma nova forma de moeda? (SINGH, Sara 2017). Ele acreditava que, em um sistema que a moeda valoriza de forma igualitária as horas de todos seus membros, poderia prevenir as mazelas sociais através da mitigação dos efeitos multidimensionais da desigualdade (Time Banks USA).

Edgar Cahn teve a oportunidade de desenvolver sua explicação teórica do porque aquele tipo de moeda social funcionaria na London School of Economics. O autor focou no aspecto “debaixo para cima” da provisão dos serviços sociais: segundo ele a maior falha das organizações sociais eram os entraves que criavam para a participação daqueles que têm interesse em ajudar. Ele chamou esse fenômeno de abordagem baseada em déficit para os serviços sociais, a qual apontava que as organizações viam aqueles que ajudariam somente em termos de suas necessidades, e não como possíveis ativos como na abordagem baseada em ativos, a qual foca nas contribuições que todos podem fazer a sua comunidade.

Os bancos de tempo foram pensados como instrumentos para reconstruir a rede de colaboração social de bairros. Um Banco de Tempo é um mecanismo que permite as pessoas se unirem para se ajudarem, através de uma moeda própria, que

remunera a colaboração voluntária com uma “hora” a qual pode ser trocada a qualquer momento por outra hora de um membro dessa comunidade. (OZANNE, 2016)

Todas as pessoas precisam de alguma forma de auxílio de outro indivíduo em sua vida cotidiana: desde uma carona para uma consulta médica ao auxílio na revitalização de uma horta comunitária e muitas vezes não conseguem por estarem socialmente deslocados ou pela carência monetária para que o que está sendo demandado possa ser alcançado. Os bancos de tempo permitem unir aqueles que demandam alguma forma de ajuda com quem possui o talento ou disposição para ajudar, promovendo uma rede de trocas de um bem comum a todos os seres humanos: o tempo.

3.2 OS BANCOS DE TEMPO AO REDOR DO MUNDO

Os bancos de tempo têm sido implementados em todo o mundo como ferramentas para a construção de comunidades mais coesas e cooperativas, construindo a confiança entre os seus membros através da promoção da rede de auxílio mútuo que os bancos de tempo propõem e da capacitação de seus indivíduos para que vizinhos se ajudem e não se temam. Sua implementação pode ser dentro de uma comunidade e aberta para todos os seus membros, assim como voltada para a solução de algum problema em comum entre os indivíduos de um grupo. As agências instauradas nos Estados Unidos pelo criador do TimeBanks USA Edgar Cahn em 1995 atingiram a magnitude de mais de 250 agências por volta dos anos 2000 (SEYFANG, Gil 2002), impactando as comunidades que foram instaladas de forma profunda na reconstrução de seu tecido social.

A fundação do TimeBanks USA em 1995 por Edgar Cahn evoluiu de um conjunto de programas experimentais para uma incubadora de novos bancos de tempo experiente. O TimeBanks USA e seu parceiro no Reino Unido serviram de instrumento para a instauração de bancos de tempo em mais de 30 países, além de diversas conferências, associações regionais, materiais de treinamento, material acadêmico e diversos sistemas de softwares. Há mais de 500 bancos de tempo registrados nos Estados Unidos da América que juntos possuem mais de 37000

membros. O menor banco de tempo estadunidense possui 15 membros e o maior 3200 (Jarvis, 2014)

Os bancos de tempo chegaram no Reino Unido em 1997 quando Edgar Cahn foi convidado pelas autoridades locais para discursar para os profissionais da área da saúde e o Labour Government o viu como um instrumento que poderia prover diversos interesses sociais inter-relacionados com suas políticas públicas sociais. A partir de 1998 o governo do Reino Unido passa a financiar a implementação dos bancos de tempo através de instituições já consolidadas em suas comunidades. Os recursos vieram de diversos órgãos governamentais voltados ao desenvolvimento social, como o Community Fund, the King's Fund, the Home Office, conselhos de bairros e distritos, o Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu, a Fundação Lloyds-TSB, autoridades da saúde e o Fundo Europeu Social (SEYFANG, Gil 2002)

Em 2002 os bancos de tempo no Reino Unido já estavam consolidados e em pleno crescimento, em setembro já havia 36 bancos de tempo ativos e 13 em desenvolvimento, com o total de 63000 horas dadas e recebidas pelos participantes dos bancos de tempo desde 1998 – equivalente a 37 trabalhadores de jornada integral trabalhando por um ano inteiro. Cerca de dois terços dos bancos de tempo analisados na pesquisa de Seyfang et al (2002) estavam situados nas áreas urbanas do Reino Unido.

A pesquisa realizada em 2002 sobre os bancos de tempo do Reino Unido identificou que os tamanhos dos bancos variavam de apenas 15 participantes para até 107, com uma média de 61 participantes cada. As horas intercambiadas nos bancos de tempo variaram de 70 para até 5635, com a média de 1771 horas por banco. Esses volumes de horas intercambiadas representam uma média de 29 horas por membro até a data da pesquisa, e cerca de 48% dos participantes realizaram pelo menos uma ou duas transações por mês, enquanto 13% não trocaram tempo algum. Os serviços mais comuns intercambiados nesses bancos de tempo foram: jardinagem, caronas, produção e distribuição de material gráfico, acompanhamento de variadas naturezas, decorações e serviços domésticos, passeios com cachorros e ensino de informática.

No Reino Unido, os bancos de tempo contam com aproximadamente 32000 membros e mais de 3000 organizações registradas para o uso do software usado como plataforma para o banco de tempo. (Cahn,Grey, 2015)

As experiências de bancos de tempo na Europa não só se limitam aos bancos de tempo criados no Reino Unido. Em Portugal o banco de tempo foi nos anos 2000 com o auxílio do governo português o qual garante o financiamento de suas atividades. Através do apoio da então Ministra da Igualdade Maria de Belém Roseira, o Banco de Tempo em Portugal foi reconhecido como um serviço a Conciliação Trabalho/Família no quadro da Comissão para Igualdade do Trabalho e no Emprego (CITE) e ingressou no orçamento do Estado, tendo a primeira agência aberta em 2002 na cidade de Abrantes e conta com mais de 1900 membros distribuídos em 29 agências ao redor do país(Breve História e Estrutura do Banco de Tempo em Portugal).

3.2.1 Os bancos de tempo no Brasil

No Brasil os surgimentos dos Bancos de Tempo se dão posteriormente com a criação do Banco de Tempo Garopaba em meados de 2015, sendo o primeiro o banco de tempo do país, o qual inspirou e apoiou o nascimento do Banco de Tempo Florianópolis em meados de 2016, sendo o maior banco de tempo do país. Sua origem se dá em meio a crise econômica e política no país a qual se manifestou através do alto desemprego e deterioração elevada do poder de compra da população. Nesse contexto de adversidade, a auto-organização da população surge como alternativa para a superação das condições de privação provocadas pelo cenário de crise em que a economia de mercado se encontrava: a escassez de recursos em moeda nacional induz a população a recorrer a outros meios de pagamento, como no tempo no caso do BTF.

O surgimento do Banco de Tempo Florianópolis inspirou o surgimento de outros bancos de tempo ao redor do país, atualmente existem 42 bancos de tempo espalhados pelo Brasil que contam com o núcleo de implementação dos bancos de tempo do BTF. A demanda por bens e serviços no contexto de escassez do meio tradicional de troca (monetário) para adquiri-los, impulsionou o desenvolvimento dos

bancos de tempo ao redor do Brasil como uma via alternativa para o acesso a essas demandas. Não só na esfera da demanda o contexto de escassez serviu como incentivo para o desenvolvimento dos bancos de tempo, do lado da oferta, a crise econômica que o país estava passando fez com que muitos prestadores de serviço e produtores de bens estivessem com uma taxa elevada de ociosidade de suas atividades, dado o enfraquecimento da demanda realizada em moeda nacional.

3.3 AS ESTRUTURAS DOS BANCOS DE TEMPO

Nos dias atuais temos que se equilibrar diante duas commodities: dinheiro e tempo. As definições de sucesso de nossa sociedade se assentam na quantidade de dinheiro acumulado, porém, muitas vezes a escassez de tempo para garantir a abundância de dinheiro implica em uma má qualidade de vida. O tempo, usado de maneira adequada, pode renovar áreas em que a economia de mercado não pode alcançar. Os bancos de tempo buscam impactar essas áreas com uma nova proposta no intercâmbio de valores, alternativa à via tradicional da economia de mercado.

Os bancos de tempo são estruturados a partir da formação de um grupo de pessoas de uma mesma comunidade, ou não, ou em torno de algum valor ou problema a ser superado em comum, através de plataformas horizontais, ou seja, não há distinção entre seus membros e todos tem sua participação garantida de forma equitativa quanto aos direitos e obrigações na iniciativa. Sua criação pode ser feita por um grupo livre de pessoas ou através de alguma instituição a qual se responsabilizará ou facilitará a implementação do banco de tempo.

Como em toda iniciativa de economia solidária, os bancos de tempo possuem valores éticos e morais estruturantes que conformam sua criação e desenvolvimento, e, por isso, os indivíduos ou instituições interessados na criação ou associação de um banco de tempo devem compartilhar a crença nesses valores morais em que a instituição está assentada. Segundo Seyfang (2002), há sei valores centrais que norteiam os bancos de tempo:

1) pessoas são ativos e não problemas: a riqueza verdadeira de qualquer sociedade é seu povo. Todos nós possuímos talentos que podemos compartilhar –

uma pessoa jovem pode ensinar suas habilidades em informática, um sexagenário pode contar histórias, alguém confinado em sua casa pode produzir material publicitário.

2) Redefinição de trabalho: o trabalho também inclui as formas de trabalho que não são reconhecidas pela economia de mercado: o cuidado com os vizinhos, participação de atividades comunitárias, a democracia local, cuidado com o meio ambiente local, organização de eventos em prol da comunidade são formas de trabalho que a economia de mercado não reconhece e tão pouco valoriza e são fundamentais para a convivência em sociedade e sustentação da economia de mercado.

“That may not seem like a big deal, but it is. If price equals value and if money defines productive work, then building prisons, and putting people in them is productive work — but keeping people out of prison is not. Chopping down forests is productive work; creating toxic waste and cleaning it up is work. But preserving the environment is not.” (SEYFANG,2002)

3) Reciprocidade: a dependência gerada pela provisão dos recursos somente quando as pessoas estão necessitadas é negativo e deprimente, destruindo a autoestima dos indivíduos. Reconhecer que todos temos algo a oferecer e que todos dependem de ajuda em diferentes épocas e esferas de sua vida constrói o sentimento de interdependência. A reciprocidade reforça as interações de mão dupla as quais todos são recebedores e doadores. Somente receber sem nenhuma forma de retribuição pode estimular os sentimentos de dependência.

4) Capital social: Pessoas e comunidades são mais saudáveis quando estão conectadas, promovendo o melhor uso dos recursos e enriquecimentos dos espaços através da união de grupos diversos os quais talvez não entrariam em contato entre si por outros meios.

5) Aprendizado: Ambientes de aprendizagem são estimulados através dos bancos de tempo. O compartilhamento de habilidades e autodesenvolvimento são encorajados e reconhecidos.

6) Desenvolvimento sustentável: O envolvimento de pessoas nos processos de decisão e na provisão de bens e serviços que afetam diretamente suas vidas faz

com que o impacto dessas transações seja mais amplo que o simples atendimento a uma demanda material. O desperdício de tempo e recursos não ocorre, pois as pessoas não estão dispostas a usar seu tempo com aquilo que não querem, garantindo maior eficiência no emprego dos recursos naturais, humanos e comunitários.

Os bancos de tempo são iniciativas voltadas à reconstrução do tecido social das comunidades em que são instalados. São instrumentos voltados a responder a seguinte pergunta: como construir confiança e comunidades coesas? De acordo com Gil Seyfang para atingir os fins do questionamento, os bancos de tempo se estruturam nos elementos citados acima e assim promovem seu objetivo final e os objetivos secundários:

Criar o espírito de igualdade entre os membros: sendo a moeda um recurso disponível a todos os membros de forma igual, os bancos de tempo tem o princípio de igualdade como valor central nos intercâmbios realizados.

Valorar e gravar as contribuições na vida da comunidade: muitos dos bens e serviços, em especial os serviços, não são atividades reconhecidas pela economia de mercado e por isso, não possuem valor monetário. Os bancos de tempo possibilitam a geração de valores intercambiáveis que não existiriam pela via da moeda nacional e ainda permitem a criação de um histórico das contribuições do indivíduo na comunidade com o registro de suas transações pelo banco de tempo. É possível a criação de uma “pegada social” (CAHN, Edgar 2018).

Fomentar as habilidades, confiança e capacidade organizacional de indivíduos e assim beneficiar a comunidade: as oportunidades de compartilhamento das habilidades de seus membros que os bancos de tempo oferecem fazem com que as habilidades compartilhadas sejam desenvolvidas por aqueles que a oferecem e conseqüentemente daqueles que as recebem. A confiança é promovida pela interdependência dos usuários do banco de tempo, pois não há membros que só recebem e tão pouco que somente oferecem: há uma reciprocidade nas trocas que não provocam o sentimento de dependência que pode debilitar a confiança do indivíduo.

A capacidade organizacional é desenvolvida através da conscientização que os membros adquirem no processo de formação e desenvolvimento dos bancos de

tempo, o qual mostra com exemplos táteis e inseridos na rotina de seus usuários os benefícios que a organização da comunidade em prol de um objetivo comum pode prover.

Capacitação e treinamento para a reintegração ao Mercado de trabalho de seus participantes: por ser um meio alternativo a economia de mercado, os bancos de tempo além de oferecerem possibilidades de treinamentos sem a necessidade de um recurso tão escasso à população desempregada como o dinheiro, dispõem de um ambiente mais seguro para o exercício das habilidades adquiridas e, portanto mais favorável ao aprendizado e construção da confiança daqueles em treinamento que desejam se inserir no mercado de trabalho. Além de gerar um histórico das atividades realizadas através dos bancos de tempo que aumenta a empregabilidade de seus membros.

“Other ways in which time banking contributes towards employability and links with the formal economy are in terms of improving people’s well-being, self-esteem and belief in their own capabilities – especially for those who have suffered the debilitating effects of mental or physical ill health. For example, two Rushey Green Time Bank participants who were depressed and unable to work have moved back into formal employment, following their activities within the time bank.”(SEYFANG, 2002)

Desenvolver e melhorar as redes e conhecimento comunitário: a maior riqueza de um banco de tempo está nas relações que a iniciativa pôde estabelecer. Os contatos diretos entre os membros para as transações desenvolvem redes de contatos e de ajuda mútua, que produz e distribui diversas formas de conhecimento na comunidade.

Financiar atividades comunitárias paga em créditos de tempo: os bancos de tempo podem desenvolver projetos em suas comunidades com o pagamento em horas para os voluntários que também serão beneficiados com o projeto voltado a sua comunidade.

Encorajar e premiar a participação comunitária, incluindo a participação democrática: os bancos de tempo são promotores da democracia por natureza devido sua estrutura horizontal a qual preza pela igualdade entre seus membros. A participação da vida política da comunidade em que o banco de tempo está inserido pode ser encorajada com a remuneração em tempo.

Envolver as pessoas que normalmente não se envolveriam com voluntariado: em uma sociedade individualista e que usa a competição como motor de seu desenvolvimento, é natural que as pessoas dispostas à somente doarem sejam minoria: a contrapartida que os bancos de tempo oferecem para seus voluntários atrai aqueles que ainda não conseguiram desenvolver a consciência solidária.

•Reconstruir comunidades e desenvolver as capacidades comunitárias: a confiança que os bancos de tempo demandam para seu funcionamento e que naturalmente é desenvolvida com as transações promovidas entre seus membros faz com que os indivíduos absorvam essa confiança e alterem a percepção de sua própria comunidade. A integração à rede de ajuda mútua induz os indivíduos a abrirem as portas de seus lares para seus vizinhos e não percebem a comunidade como uma possível ameaça e sim como um recurso o qual pode contar em caso de necessidade.

In project after project around the UK, we heard the same kind of anecdotes – lives transformed through involvement in the time bank, streets where residents cowered behind locked doors just beginning to thaw, children on the verge of being expelled suddenly finding themselves with responsibility for tutoring other children – and rising to the challenge.(SEYFANG, 2002)

Cada um desses objetivos é um aspecto de direito social, econômico, político e de cidadania, pré-requisitos para a inclusão social.

Os bancos de tempo podem prover meios eficientes de envolvimento comunitário em áreas de privações, pois:

São baseados e de propriedade da comunidade local: a potência do impacto de iniciativas comunitárias locais na vida de seus habitantes foram ilustradas com o exemplo do Banco Palmas. A riqueza local circulando dentro da própria comunidade faz com que os recursos, sejam materiais ou não, permaneçam circunscritos nela.

Recompensam hábitos positivos como confiabilidade, honestidade, pontualidade, cordialidade e entusiasmo: por ser uma iniciativa baseada em valores morais que prezam as características citadas, a recompensação desses hábitos é inerente ao funcionamento dos bancos de tempo.

Recompensam as pessoas por aquilo que elas podem fazer agora, promovendo a autoestima por simplesmente serem eles mesmos: nem sempre a economia de mercado é capaz de integrar as habilidades individuais, pois elas podem não atender a lógica de geração de lucro que sustenta o regime capitalista. A alternativa que os bancos de tempo oferecem em geração de outras formas de valores que podem ser intercambiados é uma ferramenta poderosa na promoção da autoestima de seus membros.

Registro de toda atividade feita podendo criar um histórico de referências a serem checados: por registrarem todas as transações em uma plataforma aberta, os bancos de tempo oferecem alternativas às referências tradicionais como um currículo profissional.

Criam sistemas de suporte que se estendem pelos laços familiares e do bairro: o capital social é a maior expressão de capital que os bancos de tempo desenvolvem. A rede de colaboração mútua amplia os instrumentos de amparo do indivíduo para além de seu círculo social mais íntimo.

Provem a habilidade de lidar com o inesperado, com crises que de outra forma entrariam no caminho de se manter em um trabalho ou em um local de treinamento caso não houvesse a rede de suporte mútuo que os bancos de tempo desenvolvem e seus participantes podem contar. (SEYFANG, 2002)

Nesta seção foram apresentados os valores e objetivos que sustentam a criação dos bancos de tempo e seu desenvolvimento, os elementos fundamentais que conformam a sua estrutura e conseqüentemente seus impactos. A seção seguinte tratará de como essa estrutura é operacionalizada de acordo com os aspectos estruturantes apresentados.

3.3.1 Aspectos operacionais

As formas que os bancos de tempo são operacionalizados são diversas, variando de comunidade a comunidade dado as demandas sociais e materiais e a disposição de recursos para que o empreendimento funcione. Cada banco de tempo possui suas características únicas justamente por serem iniciativas focadas na comunidade local, e, como cada comunidade apresenta suas próprias peculiaridades, seria impossível um modelo único de banco de tempo para o mundo todo. A presente seção objetiva apresentar os aspectos de operacionalização dos bancos de tempo em comum entre as iniciativas ao redor do mundo e algumas das singularidades de alguns bancos de tempo.

A criação de um banco de tempo pode ser feita através da organização de indivíduos de uma comunidade que estejam interessados em desenvolver o capital social local. Os indivíduos podem se organizar de forma independente e não precisam seguir nenhum modelo específico para garantir o sucesso do empreendimento, contanto, há organizações que provem modelos de implantação de bancos de tempo como o Time Banks USA (SINGH, Sara 2017) e o Banco de Tempo Florianópolis para aqueles interessados em instaurar o empreendimento em sua comunidade. As organizações compartilham softwares que permitem a plataforma do banco de tempo ser operacionalizada, as boas práticas necessárias para o sucesso da iniciativa e toda a reputação que as instituições construíram para garantir a confiança da comunidade com a nova iniciativa, o que como explicitado anteriormente é fundamental para o êxito desse tipo de empreendimento social.

O apoio para o surgimento de um novo banco de tempo não precisa ser somente de instituições de mesma configuração como o Time Banks USA e o BTF, organizações voltadas ao desenvolvimento social, públicas ou privadas, já consolidadas podem se responsabilizar pela criação de novos bancos os quais podem, ou não, funcionar dentro da própria estrutura da organização. O trabalho de Seyfang (2002) sobre os bancos de tempo do Reino Unido, o qual foi a avaliação mais abrangente sobre esse tipo de empreendimento até o momento, constatou que o capital social e a reputação de organizações sociais já estabelecidas nas comunidades são essenciais para o sucesso dos bancos de tempo, especialmente em suas fases iniciais devido a falta de confiança que a população local possa ter com o novo empreendimento.

Os bancos de tempo funcionam em plataformas no modelo *peer-to-peer* (P2P), a qual os consumidores dos bens e serviços oferecidos entram em contato direto com o fornecedor, sendo os bancos de tempo apenas um facilitador dessa transação direta. Ao realizar uma troca, o consumidor transfere seus créditos em tempo, os quais podem ser em horas completas ou frações de meia hora, para quem lhe proveu o que foi demandado. O balanço das transações é registrado pelo banco de tempo que faz o controle dos créditos e da sua circulação, para que assim possa garantir a manutenção do sistema: evitando o surgimento, ou o limitando, de usuários com saldos negativos de crédito e o entesouramento da moeda.

A circulação da moeda social é circunscrita aos seus usuários, os quais para aderirem ao banco de tempo devem se cadastrar na instituição de acordo com as exigências impostas pelo empreendimento para o seu ingresso. Cada banco de tempo exigirá diferentes requisitos para o ingresso de seus membros, mas normalmente as exigências são básicas como a moradia na área de atuação do banco para que assim, o ingresso de novos membros seja facilitado. Para se cadastrar nos bancos de tempo os usuários normalmente devem preencher um formulário com suas informações básicas como nome, idade, onde reside e os talentos que dispõe para compartilhar com os outros membros. Alguns bancos de tempo com caráter específico a um grupo de pessoas ou problema a ser solucionado pela organização podem exigir outras informações, como a situação socioeconômica e dados voltados ao ponto de especificidade do empreendimento.

Ao se cadastrar, o indivíduo está disponível para receber as solicitações de outros usuários para compartilhar seus bens e talentos que deseja oferecer pela plataforma, assim como demandar de outros usuários o que por eles é ofertado. Em geral, os bancos de tempo dispõem um número reduzido de créditos para os novos membros para que ao ingressar já estejam aptos a iniciar as transações com os outros membros, e há também os casos em que para fazer sua primeira troca o novo usuário deve primeiro conquistar seus créditos em tempo ofertando seus talentos para a comunidade.

A administração dos bancos de tempo pode ser realizada por seus próprios membros, ou através de funcionários das instituições interessadas em sua existência. Caso o banco seja administrado por seus integrantes, o empreendimento pode

remunera-los por sua atividade em créditos de tempo, reforçando a posição de alternativa à moeda nacional e conseqüentemente à economia de mercado. Usualmente essa modalidade de administração é optada por aqueles bancos que não contam com uma fonte de financiamento para suas atividades, especialmente pública, o que pode dificultar a dedicação de seus colaboradores e conseqüentemente o funcionamento da iniciativa, devido a necessidade dos envolvidos em também se dedicarem a atividades remuneradas pela economia de mercado para poderem reproduzir sua vida material (SEYFANG, Gil,2002).

Os bancos de tempo que contam com uma fonte de financiamento para funcionarem, podem dispor de funcionários que se dedicam exclusivamente, ou de forma parcial, ao fomento das atividades do empreendimento, e assim garantem taxas maiores de sucesso das iniciativas. Geralmente assistentes sociais promovem as atividades do banco nas comunidades que foram instalados quando o poder público está por trás da provisão de seus recursos.

O poder público pode articular a criação de bancos de tempo através de órgãos voltados ao desenvolvimento social relacionado a diversas esferas do desenvolvimento humano: iniciativas vinculadas à área da saúde, a recuperação de áreas degradadas e à educação (SEYFANG, Gil, 2002). Como esses órgãos públicos podem ter os mesmos objetivos dos bancos de tempo de promoção do bem estar e dos entitamentos de seus participantes, o governo pode financiar as atividades suas atividades como política pública de desenvolvimento social.

3.3 A TEORIA DO VALOR E OS BANCOS DE TEMPO

O valor é elemento central para a teoria econômica. Sem a definição dessa categoria, dificilmente será possível a compreensão adequada dos fenômenos econômicos.

A presente seção apresentará de forma simplificada as categorias de valor das teorias dos economistas clássicos, em especial Adam Smith e Karl Marx, os quais moldaram o desenvolvimento da teoria econômica com suas contribuições sobre o assunto.

Os bancos de tempo são geradores de valor em suas diversas formas de expressão. Ao promoverem os meios para os indivíduos realizarem as atividades que são valoradas por eles, os bancos de tempo são geradores de liberdades de agência e assim produzem valores que muitas vezes a renda, a forma mais usual de mensuração de valor, não consegue captar. O principal produto das relações que os bancos de tempo produzem é o capital social, o qual tão pouco é possível ser medido em termos de renda, e por isso podem ser ignorados caso os instrumentos utilizados para avaliação dos impactos desses empreendimentos sociais se apoiem nas bases tradicionais da análise econômica do bem-estar.

A categoria do valor é fundamental para o entendimento dos bancos de tempo, pois é a partir da igualdade entre seus membros da disponibilidade do recurso que confere valor a sua moeda, o tempo, que os bancos de tempo atuam como mitigadores das desigualdades provocadas pela economia de mercado, em especial no tocante das desigualdades de renda. A presente seção buscará apresentar alguns conceitos de valor e como os bancos de tempo se enquadram nessas categorias.

3.3.1 Os ganhos de eficiência na geração e circulação de valores através das plataformas de bancos de tempo

O uso de moeda nacional como a exceção no sistema de trocas, permitido somente como meio para a concretização da troca em si, na forma de insumos que não são providos pelos próprios bancos de tempo, faz com que esses recursos sejam empregados de forma mais consciente. Na maioria dos casos, as transações do banco que demandam insumos adquiridos por dinheiro têm suas necessidades de moeda nacional atendidas por quem demanda a habilidade intercambiada: impossibilitando que o provedor do serviço lucre com os insumos utilizados. Dessa maneira o consumidor está livre para poder buscar esses recursos da forma mais eficiente para si, podendo adquiri-los por preços mais baixos por exemplo.

Do lado do produtor, a função de produção a qual não está orientada para o lucro a conforma de modo que a oferta seja exatamente igual à demanda. Isso significa que não existem excessos de oferta e que tudo produzido será consumido, combatendo um mal agudo em nossa sociedade que é o desperdício.

A degradação dos termos de troca provocados por excessos de demandas também é evitada, pois não é possível alterar a quantidade de horas empregadas naquele bem ou serviço intercambiado. A impossibilidade de atender a máxima do sistema de preços que é a lei de oferta e demanda, é provocada pelo núcleo moral em que o banco de tempo se organiza.

A eficiência que as premissas morais dos bancos de tempo conferem ao emprego dos recursos para a satisfação das demandas dos membros dos bancos pode atingir a intensidade das trocas entre os indivíduos dessa comunidade: ao realizarem que podem atender suas demandas com o emprego dos recursos de maneira mais eficiente do que nas economias de mercado, naturalmente passam a consumir mais (SOARES, 2006). Há uma articulação pela própria comunidade para um estado de abundância na disponibilidade e acesso a bens e serviços, pois os recursos disponíveis estão distribuídos de uma forma que atendem ao tipo de igualdade se busca através dos empreendimentos sociais.

Há a presença da igualdade em todas as teorias normativas de ordenamento social que resistiram ao tempo, variando apenas o objeto que se busca a igualdade, o qual será central à teoria (SEN, Amartya 1992). A importância da igualdade em algum espaço de uma teoria qualquer se dá para que a mesma possa ser validada entre diferentes indivíduos e assim as arbitrariedades sejam contidas. Sen (1992) explicita que a característica de validação de uma teoria social estar no reconhecimento da mesma “pelos outros” através de elementos generalizáveis e, portanto igualitários, são fundamentais para o conhecimento social. A busca por igualdade em determinados espaços da teoria irá justificar as desigualdades em outros locais de seu corpo, e assim, há um nível de imparcialidade que possibilita espaços em comum para as propostas éticas e políticas na teoria.

Os bancos de tempo buscam outra forma de igualdade para que a sua validação entre os indivíduos seja possível. Há o interesse em igualdade de oportunidades entre os seus membros para que possam realizar aquilo que lhes é realmente valorizado, e para isso, o tempo é a medida adotada como a igualdade que sustenta o sistema: um recurso disponível de forma igualitária à todos os seres humanos.

3.3.2 A teoria clássica do valor.

Os questionamentos de Adam Smith sobre a lógica do movimento dos preços em uma economia o levaram a produção de sua teoria sobre o valor. Segundo o autor, o valor de troca pouco tem a ver com o valor de uso de uma mercadoria: o valor de troca de um diamante é muito mais elevado que o valor de troca da água, mesmo que a última seja muito mais útil à vida humana. O fundamento dos movimentos dos preços e da riqueza produzida não se encontra no valor de uso de uma mercadoria, e sim no trabalho empregado para a sua produção (FRANÇA, 2010).

A quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um bem é o seu valor para o economista inglês. Os valores podem ser comparados entre outras mercadorias dado a dificuldade para se avaliar as diferentes qualidades do trabalho, e o seu valor de troca é a forma em que os preços conseguem traduzir esse valor nos termos que compõem aquela economia.

O alemão Karl Marx dá continuidade à centralidade do trabalho em sua teoria do valor. Porém existem grandes diferenças nas concepções do que é o trabalho entre os autores, as elaborações teóricas realizadas por Karl Marx em *O Capital* (1886) a partir da mercadoria, ponto de partida de sua análise do sistema capitalista discorrem sobre as formas de valor que o sistema capitalista produz. Para o autor há o duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria que reflete as noções de valor de uso e de valor de troca.

A mercadoria é algo que satisfaz as necessidades humanas de subsistência ou não. Sua utilidade a faz um valor de uso e esse valor é obtido das características que compõem essa mercadoria e não dependem da quantidade de trabalho necessário para a sua produção. Os diferentes valores de uso saciam as variadas necessidades, e se podem ser igualados entre si é porque existe algo entre eles: o trabalho, uma vez que todas as mercadorias são frutos da mesma atividade.

Marx introduz o conceito de “tempo de trabalho necessário”(1886) que é o tempo de trabalho gasto na produção da mercadoria dado as condições normais daquela sociedade de destreza e equipamentos, classificando-o como a medida de valor e a substância comum entre as mercadorias que é validada através da relação das mercadorias entre si.

Embora haja um elemento em comum que permita os valores das mercadorias serem comparáveis entre si, Karl Marx reconhece a diferença dos tipos de trabalho. Há uma diferença no valor auferido pelos trabalhos complexos e pelos trabalhos simples: uma quantidade do primeiro trabalho vale mais que a segunda forma assinalada da categoria.

Com o trabalho humano ocorre algo análogo ao que se passa na sociedade burguesa, onde em geral um banqueiro um papel importante e fica reservado ao simples ser humano uma função inferior. Trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O trabalho simples médio muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo vale como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. A experiência demonstra que essa redução sucede constantemente. Por mais qualificado que seja o trabalho que gera a mercadoria, seu valor a equipara ao produto de um trabalho simples e representa, por isso, uma determinada quantidade de trabalho simples. (O Capital, 1886, p.66).

A análise do trabalho contido em uma mercadoria, do ponto de vista do valor de uso só interessa qualitativamente, enquanto do ponto de vista do valor só interessa a quantidade de trabalho convertido em trabalho humano, puro e simples.

Para introduzir o surgimento dos preços, usaremos a forma mais simples de expressão do valor, a que Marx chama de forma simples, fortuita ou singular do valor. É aquela forma na qual duas mercadorias, no exemplo linho e casaco, se trocam como equivalentes. “O linho expressa seu valor no casaco, que serve de material para expressão de valor.” (Idem, p.70). A mercadoria demanda algum veículo material para expressar seu valor, alheio a sua própria natureza para que seu valor de uso tome forme de outra mercadoria.

A permutabilidade direta com todas as mercadorias garante o monopólio social de ser equivalente geral para a mercadoria escolhida para tal papel.

Esta mercadoria se equipara a todas as outras assim como o trabalho privado que a produz se transforma no equivalente geral de todos os trabalhos. As

mercadorias perante ela são qualitativamente iguais e comparáveis em magnitude do valor. (FRANÇA, 2010)

São das relações descritas acima que surge a categoria do valor de troca, o qual traduz os valores de uso da mercadoria em termos do equivalente geral dessa economia de mercado. É a partir do valor de troca que as mercadorias assumem as formas de preço e de dinheiro e assim, caracterizam a forma em que se dá a circulação de valores dessa estrutura de troca.

A seção seguinte analisará as formas em que as categorias explicadas acima são expressas nos bancos de tempo

3.3.3 A teoria clássica do valor expressa nos bancos de tempo

Ao analisar os bancos de tempo como um Empreendimento de Economia Solidária é fundamental o entendimento de como se enquadram as categorias de valor que conformam a economia capitalista em sua estrutura. Os bancos de tempo vistos como um sistema de trocas de mercadorias o qual dispõe de uma moeda como meio facilitador para o fluxo de intercâmbios, e caracterizando como mercadorias os valores de uso materiais ou não, que podem ser trocados dentro desse sistema, induz a análise partir da mercadoria e as relações contidas em si.

Por se tratar de uma iniciativa de Economia Solidária as formas que os valores são produzidos e circulados dentro de um banco de tempo são diferentes dos que constatados nas economias de mercado. A geração de valores nos bancos de tempo está condicionada ao seu núcleo moral o qual estrutura todo o sistema de trocas, e por isso o enquadramento às categorias elaboradas pelos economistas clássicos citados demanda adequações a essa estrutura.

Partindo a análise do valor pela produção das mercadorias nos bancos de tempo, o trabalho segue sendo a substância em comum entre os valores de uso produzidos pelo trabalho útil de seus membros. Contudo, devido o princípio máximo de igualdade dos bancos de tempo, não é possível distinguir as diferenças dos valores dos trabalhos incorporados na mercadoria. Diferente de Marx (1886) que atribui maior quantidade de valor aos trabalhos complexos em relação aos trabalhos de natureza menos elaborada, os bancos de tempo não permitem essa distinção

qualitativa do trabalho uma vez que o denominador comum entre os valores incorporados pelo trabalho são medidos através unicamente do tempo de trabalho empreendido na produção dessa mercadoria. Por ser imutável a todos os seres humanos, o tempo só pode ser analisado em termos quantitativos e por isso se enquadra no princípio de igualdade que rege as relações nos bancos de tempo.

A distinção qualitativa que a economia de mercado faz entre os valores do tempo de trabalho de seus participantes traduzidos em termos monetários é um dos pontos basilares na desigualdade de liberdades materiais (SEN, 1992) dos agentes. Como há quem receba muito por uma hora de trabalho e os que recebem pouco ou quase nada pela mesma hora de um trabalho diferente, é natural que haja assimetrias na distribuição dos recursos dessa economia.

Nos bancos de tempo o valor incorporado pelo trabalho na produção de uma mercadoria é seu próprio valor de troca, e, portanto, seu preço e forma monetária. O trabalho útil medido apenas pelo tempo de sua duração na produção da mercadoria, mitiga as desigualdades das oportunidades de desenvolvimento dos entitamentos e da liberdade de agência (SEN, 1992) entre os indivíduos de uma sociedade, que possibilitam as diferenças abissais na remuneração dos diferentes trabalhos em nossa sociedade. Ou seja, aqueles que não tiveram as oportunidades de se desenvolverem como os trabalhadores que são melhores remunerados na economia de mercado, tem a possibilidade de terem seu tempo remunerado de forma igualitária aos melhores posicionados no sistema capitalista. Assim, as possibilidades do emprego de seu tempo para o desenvolvimento de entitamentos e das liberdades materiais e de agência para que assim seja facilitado a superação das privações que as restrições materiais lhes impõem.

A análise das categorias do valor nos bancos de tempo permite que os impactos dessas iniciativas sejam melhores mensurados, ainda que careçam de indicadores dos impactos em termos de renda, a variável mais comum a ser analisada pela economia de bem-estar tradicional. A estrutura criada a parti da base moral e ética dos bancos de tempo permitem a geração e a circulação de outras formas de expressão do valor como discorrido acima, os quais são condicionadas a essa base e por isso possibilitam alcançar os objetivos propostos pelos bancos de tempo.

4 O BANCO DE TEMPO FLORIANÓPOLIS

A presente seção apresentará o Banco de Tempo Florianópolis, o objeto central desta pesquisa, e analisará a estrutura do empreendimento, seu alcance, limitações e perspectivas.

Para os objetivos deste trabalho será feito uma análise descritiva do BTF de acordo com os conceitos presentes na bibliografia apresentada nas seções anteriores. O entendimento dos impactos de projetos como o BTF demandam instrumentos analíticos diferentes dos empregados nos estudos de iniciativas econômicas alinhadas com os princípios da economia de mercado.

Além da análise descritiva do BTF, a presente pesquisa abordará os aspectos quantitativos desse banco de tempo. É fundamental que as informações disponíveis sobre os usuários e as transações registradas no sistema do BTF sejam avaliadas, e assim permitam a construção de indicadores para o entendimento das dimensões que o projeto alcançou. Essa abordagem não só permitirá a avaliação de como o projeto está, como fornecerá bases concretas para os caminhos futuros do empreendimento solidário.

Para a coleta dos dados sobre o BTF foram empregados os métodos tradicionais da pesquisa econômica como também outros menos convencionais. Por ser um movimento relativamente jovem, dinâmico, viabilizado pelo meio digital e que tem como seu maior ativo as pessoas que o compõem, o capital social do próprio pesquisador construído nessa rede foi fundamental para a obtenção das informações disponíveis. A capacidade das pessoas se organizarem para atingirem objetivos em comum, ou por solidariedade das partes, se mostrou muito eficiente no processo de construção dessa pesquisa.

4.1 A ORIGEM DO BANCO DE TEMPO FLORIANÓPOLIS

O Banco de Tempo Florianópolis foi criado a partir de um grupo de pessoas do coletivo Zeitgeits Florianópolis as quais se inspiraram no Banco de Tempo Garopaba o qual já contava com cerca de 4 a 6 meses de funcionamento em meados de 2016. A partir de uma reunião com pessoas de todo os cantos de Florianópolis interessadas em desenvolver o projeto, o pontapé inicial foi dado,

porém sem força suficiente para realmente ser concretizado a partir daquele encontro.

O Banco de Tempo de Garopaba é o primeiro banco de tempo a se ter registro no Brasil. Ele surgiu a partir de um grupo de trocas direta na cidade de Garopaba no estado de Santa Catarina, o qual esbarrou com as barreiras que a falta de um equivalente universal provoca para o estabelecimento das trocas entre os membros. Segundo o relato do criador do Banco de Tempo Garopaba, Ique de Campos, muitas trocas deixavam de acontecer no grupo de escambo antecessor ao banco de tempo pela falta de “dupla coincidência de desejos”: muitas vezes o que a pessoa oferecia por aquilo que desejava trocar não era desejado por quem ofertava. O Banco de Tempo de Garopaba surge então como uma solução para esse problema e a partir de seu ideal central de igualdade instaura o tempo como sua moeda. Segundo os criadores do banco, seu surgimento foi um processo espontâneo o qual não se baseou em experiências já existentes de bancos de tempo, se adequando às condições em que foi criado e às necessidades de seus membros. No dia 18 de agosto de 2015 foi lançada a plataforma online através das extensões gratuitas oferecidas pelo Google e desde então o Banco de Tempo de Garopaba segue promovendo os intercâmbios solidários.

O empreendimento solidário de Garopaba além de promover as trocas entre seus membros pode financiar projetos socioambientais com os créditos em horas da plataforma, atraindo a atenção e assim crescendo e espalhando o conceito do banco de tempo.

Após a troca de experiências e aprendizados entre os entusiastas do Banco de Tempo de Garopaba e o grupo interessado na criação de um banco de tempo em Florianópolis o projeto voltou a ganhar forças. A formação de uma equipe de duas pessoas, Geovana Nazario e Gilberto Gama Machado foi crucial para que o BTF pudesse começar a funcionar: Enquanto Gilberto se ocupava com os cadastros dos membros, Geovana cuidava do fluxo de créditos entre os membros e no dia 2 de dezembro de 2015 o BTF foi oficialmente lançado.

Segundo uma das criadoras num primeiro momento houve muita resistência para que a iniciativa pudesse deslançar, mas a partir do momento em que as trocas

começaram a ocorrer o BTF passou a crescer e sustentar uma grande rede de trocas.

Essa primeira fase de funcionamento do Banco foi a mais linda. O grupo era pequeno e as relações estabeleciam-se com mais proximidade. O calor e o cheiro da ideia recém-nascida estavam desabrochando nos corações. Fizemos o primeiro encontro do banco e reunimos uma galera muito legal que estava interessada em mudança verdadeira. (Geovana, NAZARIO)

4.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DO BANCO DE TEMPO FLORIANÓPOLIS

A presente seção analisará como o BTF é operacionalizado através da organização de seus membros no ambiente virtual. Serão explorados os processos de seu funcionamento.

4.2.1 O ambiente do banco

O Banco de Tempo Florianópolis é operacionalizado em plataformas digitais e é aberto para qualquer morador da cidade poder participar. Dentro de um grupo privado no Facebook², o BTF faz da rede social o ambiente para seus membros se relacionarem e intercambiarem seus talentos, além de divulgar os projetos vinculados ao BTF. O Facebook com mais de 127 milhões de usuários somente no Brasil* atinge boa parte da população do país e assim reforçando a acessibilidade que o BTF possui para engajar seus usuários em seu sistema de troca.

Diferentemente das outras experiências de bancos de tempo citadas anteriormente o BTF não dispõe de um espaço físico para ser operacionalizado. Todo o empreendimento funciona através das redes criadas entre as conexões dos usuários de uma plataforma, que é acessada por uma parcela significativa da população. Isso pode explicar como o BTF é maior em números de usuários e volume de transações que todos os bancos de tempo analisados na revisão bibliográfica realizada para essa pesquisa, mesmo não dispondo de dinheiro como os outros

² <https://www.facebook.com/groups/837082279745501/>

bancos que contam com fontes de financiamentos em moeda nacional para sua atividade.

O uso das redes sociais para sua operação exclui a necessidade de deslocamento dos seus membros para poderem oferecer e buscar os bens e serviços. Em uma cidade em que o deslocamento urbano é um problema latente e exclui especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, esse é um fator decisivo para o desenvolvimento do BTF. Na pesquisa sobre os Bancos de Tempo de Seyfang (2002) o aspecto local dos bancos de tempo foram constatados como determinantes para a inclusão de novos usuários, pois a proximidade geográfica exclui a barreira de grandes deslocamentos para a realização dos contatos e trocas entre os usuários. ■

Ao adotarem uma plataforma aberta e gratuita, o BTF reforça seu caráter de transparência em suas operações: na planilha disponibilizada para o controle dos créditos e transferências, todos tem acesso às informações de todos os membros, desde o número de créditos em tempo quanto volume de transações e sua descrição qualitativa. Na página do grupo do BTF no Facebook, existe uma lista de todos os membros que especifica os bens e serviços ofertados, de modo que cada participante possa verificar a lista e encontrar o talento que deseja.

Para além da acessibilidade para alcançar novos membros, a alta conectividade da plataforma do Facebook permite uma maior difusão de material midiático do BTF, reforçando e ampliando o alcance dos valores éticos em que o empreendimento está assentado. Esse aspecto é fundamental para o funcionamento do banco, uma vez que como foi citado anteriormente, os valores compartilhados especialmente explícitos na confiança mútua entre os membros dos bancos de tempo são elementares para o sucesso do empreendimento. A cultura do projeto, que engloba suas práticas e valores é o núcleo da organização, é o que mantém o grupo de diversos indivíduos das mais variadas características unidos em um mesmo projeto.

A facilidade que o ambiente digital permite para o debate de ideias faz com que o processo de manutenção e desenvolvimento do BTF seja horizontalizado e englobe mais pessoas em sua constituição. A participação de todos os membros nas tomadas de decisão do banco é encorajada pois o que é postado na página online do

grupo estará disponível a todos, sendo assim, possibilitando que todos os membros compartilhem suas ideias e que elas estejam disponíveis a todos.

Outra característica que a adoção do Facebook pelo BTF como meio para ser viabilizado, é a facilidade que o modelo do banco possa ser replicado. Em um ambiente virtual, basta que os arquivos da plataforma do BTF sejam compartilhados e assim outros bancos possam adaptá-los às suas condições e surjam outras iniciativas da mesma natureza sem a necessidade de muitos recursos.

4.2.2 Cadastramentos no BTF

Para um novo usuário se cadastrar no BTF, primeiramente ele deve solicitar o ingresso ao grupo na rede social Facebook do banco de tempo e para isso preencher um formulário com perguntas simples. Após a aprovação feita pela administração do BTF, o novo membro deve se informar através das postagens fixadas na página inicial do grupo do banco sobre o funcionamento do banco e se cadastrar no sistema do BTF, o qual é operado na plataforma online do Google Formulários e Google Planilhas. Todo novo membro inscrito no BTF recebe quatro créditos que são gerados junto ao seu cadastro pela administração.

O novo usuário deverá preencher um formulário que após a aprovação pela administração irá gerar um novo membro no sistema integrado do BTF das planilhas de talentos e de créditos. Seu nome, contato e talentos estarão disponíveis em uma planilha que disponibiliza todos os usuários do BTF divididos por categorias: alimentos e bebidas; culinária em domicílio; culinária típica; produções; vegetariana e sem glúten; consultorias; cozinha profissional; bebidas; artes; dança; fotografia e vídeo; música, djs e vjs; aulas de música; teatro e circo; habilidades manuais; artes plásticas; transportes; casa/horta/jardim; educação e idiomas; apoio/reforço escolar; diversos; festas e eventos; informática/ telecomunicações; lazer e esportes; moda/ beleza/ estética; cosméticos; tatuagens e piercings; moda/ customização de roupas; PET; projetos/ marketing/ jurídico/ administração/ consultorias; saúde/ terapias naturais; social; turismo/lazer; banquinho do tempo; espiritualidade/misticismo. Atualmente a planilha de talentos conta com 7444 registros de usuários, seus talentos e localidade divididos em 35 categorias.

Após esses processos que o novo membro está apto para começar a fazer suas trocas dentro da plataforma, as quais serão arranjadas pelas próprias partes interessadas.

4.2.3 As transações no BTF

As transações no BTF são feitas primeiramente através do contato entre as partes interessadas. Um membro pode fazer uma postagem no grupo virtual do BTF oferecendo seus talentos e os interessados devem contatar diretamente quem está ofertando e assim negociarem como será feita a transação. O processo de negociação entre as partes se localiza nos aspectos logísticos da ação: como será feita a troca, onde, quando e se haverá a necessidade de financiamento dos insumos para sua realização. Os valores da troca não são negociados uma vez que o critério de valor do BTF são rígidos e claros: uma hora de serviço equivale a uma hora de crédito, independente do tipo de serviço prestado e de seu valor na economia de mercado.

O uso do dinheiro é proibido nas trocas realizadas através do BTF, nem de maneira parcial: as transações devem usar unicamente as horas como meio de pagamento..

Após o estabelecimento das condições da troca e a realização da transação, a parte que demandou a transação deve acessar a página do BTF para ter acesso ao formulário o qual garantirá o crédito em tempo para quem lhe proveu o talento intercambiado. O formulário funciona na plataforma do Google Forms e consiste em algumas perguntas básicas: o nome da pessoa que os créditos irão ser debitados, o nome do beneficiário da transação, quantas horas de créditos serão transferidas, o que foi transacionado, a satisfação quanto o serviço ou bem transacionado e como foi estabelecido o contato entre as partes.

A administração do BTF recebe os formulários preenchidos e os processa para a planilha de créditos, onde o trânsito dos créditos ocorre. Na planilha de créditos é possível visualizar as transações de mês a mês de todos os usuários, o quanto de créditos foram transacionados e para o que e quem.

A outra forma de transação do BTF é através da remuneração feita pela própria plataforma aos voluntários envolvidos em seus projetos. O grupo responsável pela administração do banco recebe em créditos de tempo pelos serviços prestados, assim como os projetos que o empreendimento financia com seus créditos de tempo que serão abordados mais adiante.

4.3 OS PROJETOS DO BTF

O BTF financia alguns projetos os quais julga estar em consonância com os valores em que o banco está assentado. Através dos créditos em tempo o BTF consegue recrutar mão de obra para as mais diversas áreas: a iniciativa serve como uma ferramenta para direcionar o tempo dos seus membros em prol de benefícios coletivos à comunidade.

Os projetos podem ser iniciativas do próprio BTF através de empreendimentos paralelos ao banco, ou podem ser projetos de outras organizações as quais o BTF é parceiro e patrocinador através das horas.

A remuneração em créditos de tempo que o BTF realiza aos voluntários desses projetos é uma ferramenta que altera a forma com que o trabalho voluntário pode ser encarado. Ao remunerar o voluntário com a possibilidade de alguém retribuir a mesma quantidade de tempo que dedicou aos projetos do banco, o empreendimento consegue atrair pessoas as quais normalmente não se envolveriam com esse tipo de atividade: em uma sociedade individualista que prega a competição o tempo todo entre seus membros, as ações desinteressadas de benefício próprio são cada vez mais raras e por isso, a remuneração em créditos de tempo atrai aqueles que não estão interessados em trabalhar apenas por solidariedade (SEYFANG, Gil;2002).

Além de ampliar o alcance para recrutar pessoas para trabalhos voltados ao bem da comunidade, o financiamento do BTF em horas reforça sua característica de reciprocidade entre os membros. O fato do trabalho voluntário através do BTF ser uma mão de vida dupla a qual quem cede seu tempo, receberá o tempo de outra pessoa na mesma quantidade, faz com que os beneficiários dos projetos não nutram um sentimento de dependência e impotência de retribuir o que lhes é concedido. A

reciprocidade é uma ferramenta importante para a construção da autoestima, especialmente em grupos de vulnerabilidade, pois mitiga os sentimentos citados acima, reforçando a capacidade do banco de promover o bem-estar social através da auto-organização da população (SEYFANG, Gil; 2002).

4.3.1 Projeto Qualidade de Vida

O Projeto Qualidade de Vida foi criado em outubro de 2016 como uma única turma de inglês com apenas 12 alunos na Associação de moradores do Morro das Pedras em Florianópolis e poucos meses depois o projeto já oferecia diversos cursos.

Graças a parceria com o Banco de Tempo Florianópolis o qual fornece professores qualificados financiados através dos créditos em horas do empreendimento social e com instituições que possam ceder um espaço físico para que as atividades sejam realizadas como associações de moradores, centros comunitários e igrejas o projeto pode atender centenas de pessoas durante sua existência até 2019.

O objetivo do projeto era a disponibilização de cursos, oficinas, atendimento psicológico, psicopedagógico e jurídico gratuito para toda a comunidade, com o intuito de melhoramento na qualidade de vida da população e promovendo novas oportunidades para a geração de trabalho e renda, diminuição da desigualdade e desenvolvimento do sentido de cidadania. O projeto buscava promover os entitamentos de sua comunidade através de oficinas ministradas por voluntários que pudessem incentivar a sociabilidade e reforço da autoestima.

Além das oficinas, o projeto com o intuito de ampliar o interesse da comunidade pela literatura implantou 4 Gelatecas pela região sul de Florianópolis, que são geladeiras resgatadas do lixo e que se transformaram em bibliotecas livres recheadas de livro. Todos podem levar um livro ou deixar alguma obra que não está sendo mais usada.

O Projeto Qualidade de Vida chegou a oferecer mais de 60 diferentes cursos, oficinas e atendimentos gratuitos em seu pico de atividade, atendendo um total de mais de 600 usuários. Todas essas atividades foram realizadas através do financiamento do BTF e com contribuições espontâneas em dinheiro dos usuários do Projeto para a compra de insumos para as atividades, como material de limpeza e equipamentos para as oficinas.

Devido as dificuldades em estabelecer um espaço físico fixo e a falta de tempo dos organizadores do Projeto, em outubro de 2019 o Projeto Qualidade de Vida teve suas atividades encerradas.

4.3.2 Núcleo de Compartilhamento do BTF

O Núcleo de Compartilhamento do BTF é um grupo específico para doações, trocas, empréstimos, divulgação de eventos gratuitos, ofertas e pedidos de ajuda da comunidade do Banco de Tempo de Florianópolis. O grupo também tem ambiente na rede social Facebook e todos os seus contatos são feitos pelo meio digital.

A proposta do grupo é fazer os objetos circularem na forma de empréstimo, doação ou troca. Seus organizadores também acreditam que a oferta de serviços gratuitos pode beneficiar e ser interessante para algumas pessoas. Embora seja um grupo do BTF, não são aceitas trocas por horas devido à dificuldade em precificação de mercadorias em créditos de tempo.

O grupo conta com mais de 3400 membros que trocam e doam todo o tipo de mercadorias diariamente. Na página do grupo são ofertados roupas, plantas, livros, móveis, eletrodomésticos, artesanatos entre outras diversas categorias de mercadorias as quais os seus antigos proprietários já não fazem o uso das mesmas e desejam trocar ou doar por algo de seu interesse.

A dinâmica das trocas são diretas e espontâneas, dado o alto grau de liberdade que o grupo oferece para seus membros. Há proibições para divulgação de negócios próprios como forma de promoção, eventos pagos e a solicitação de ajuda com produtos caseiros voltados para a saúde de animais e pessoas. Fora essas proibições são feitas apenas algumas recomendações em como os membros podem realizar suas trocas, através de formatos de publicação na página do grupo.

O Núcleo de Compartilhamento do BTF é um grupo de Economia Solidária o qual compartilha os valores éticos do Banco de Tempo Florianópolis. Sua ação focaliza uma relação com o consumo mais sóbria a qual os consumidores se atentem mais para os valores de uso das mercadorias do que aos seus valores de troca, o que não ocorre na economia de mercado.

4.3.3 Rádio Campeche

Os dados e informações desta seção foram obtidos através do website³ da Associação Rádio Comunitária Campeche (ARCC), que permitiram a análise da parceria entre as instituições ARCC e BTF.

A ARCC é uma rádio comunitária criada através da união de moradores que passaram a questionar a importância de uma rádio comunitária para o bairro. Com sua transmissão ativa desde 2005 a rádio é uma associação de pessoas físicas, sem fins lucrativos, regida por legislação federal e pelo estatuto aprovada em assembléia geral.

Considerada o coração do bairro Campeche em Florianópolis a rádio tem o papel estratégico de ser um espaço comunitário real para a vida que se expressa na região. Ela nasce da necessidade do movimento comunitário de comunicar aquilo que acontece no bairro e discute as lutas cotidianas da população por melhores condições de vida.

Mantendo suas atividades com os apoios culturais da comércio local que paga uma quantia fixa, e a rádio a anuncia o apoio, mantendo uma parceria cultural e não uma relação de anunciadores como a rádios comuns. Na ARCC podem ser escutada as vozes da população local, dos pescadores, artistas, rendeiras e todos que tenham algo para dizer a comunidade.

Em 2016 a rádio inicia a construção do novo estúdio de transmissão e gravação da ARCC com a doação do projeto arquitetônico do arquiteto Márcio Holanda e de eficiência acústica do engenheiro Marcelo Portela. O projeto do novo estúdio utilizou diversas fontes de recursos econômicos como as doações de moradores e entidades que apoiam o projeto como a parceria com o BTF para financiar as horas pagas aos voluntários que participaram dos mutirões de construção da rádio.

³ <http://radiocampeche.com.br/historia-da-radio/>

Foram 2 anos de construção, a qual utilizou técnicas de bioconstrução para edificar o estúdio. Segundo Luis Gustavo Martins de Almeida, membro da diretoria da ARCC no período da construção, os mutirões ocorreram quase todos os sábados desses 2 anos e duravam em média 6 horas. Bastava um membro do BTF aparecer nos dias divulgados dos mutirões para trabalhar e a ARCC passava os nomes dos membros envolvidos e quantas horas foram trabalhadas por eles para a administração do banco, e assim, os membros recebiam em créditos de tempo pelas horas dedicadas a construção do estúdio.

Foram empregadas aproximadamente 400 horas de crédito do BTF para a construção do estúdio, o que reduziu drasticamente o custo da obra que ficou em torno de R\$30000,00. Os voluntários exerciam diversos tipos de atividades como a confecção de adobe (tijolos de terra crua), projetos de marcenaria e a realização de feiras e encontros para geração de recursos para o estúdio. Esse projeto é mais um caso em que o BTF serve como instrumento para direcionar os esforços da comunidade a projetos coletivos e retribua aos envolvidos o tempo dedicado às atividades, além de desenvolver o aprendizado dos voluntários nas técnicas de bioconstrução.

4.4 PERFIL SOCIOECONÔMICO

O perfil socioeconômico dos membros do BTF foi levantado a partir dos dados disponibilizados pela própria administração do banco: o gênero, idade e cor de pele de seus usuários. Um questionário online foi aplicado por Romanello (2017), disponível por um período de quinze dias na segunda metade de janeiro de 2017.

O questionário recebeu 141 respostas por parte dos membros do grupo, correspondendo a 16,11% do total de membros na época, o que não permite uma análise profunda da organização dado o tamanho da amostra e a data da pesquisa. Contudo, considerando que a diferença entre a média amostral e populacional foi considerada não significativa, os dados disponíveis nos permite traçar os perfis dos usuários que compõe o grupo e explicitar algumas características do BTF.

Os resultados da pesquisa feita por Romanello (2018) nos permite chegar a algumas características bem comuns a este tipo de economia, como, por exemplo, uma maior participação feminina, cerca de 77,22% dos usuários são mulheres. Em outros países como Estados Unidos e Portugal as experiências semelhantes também apresentam esse domínio da presença feminina nos empreendimentos(SEYFANG,2002). Em média os participantes do grupo têm 36 anos de idade (abaixo da média da cidade, 38 anos). Em sua maioria possuem a cor da pele branca (81,01%) e 89.87% possuem um emprego, destes 89,87% apenas 46,48% possuem carteira assinada.

Outro paralelo do BTF com os projetos semelhantes ao redor do mundo é o nível de escolaridade de seus participantes: na média, cerca de 75,95% dos membros possuem ensino superior, muito superior à média da cidade de Florianópolis (38,7%). Essas informações sobre os membros do BTF explicita uma das limitações do empreendimento: os serviços do banco estão concentrados em classes sociais não muito diversificadas, as quais estão inseridas no mercado de trabalho e contam com ensino superior completo, reduzindo a amplitude do alcance do projeto na população de Florianópolis. Conforme tabela 1, outro ponto que cabe destacar é que 84,81% dos participantes do projeto tem renda superior a dois salários mínimos, e que na cidade de Florianópolis a porcentagem é de 57,61%.

Tabela 1 - Característica dos membros do BTF

| Variáveis | Membro BTF | Morador Florianópolis |
|--------------------|------------|-----------------------|
| Sexo feminino | 77,22% | 52,77% |
| Idade | 35,94 | 38,36 |
| Branco | 81,01% | 84,44% |
| Trabalhando | 89,87% | 54,74% |
| Formal | 46,48% | 80,68% |
| Ensino superior | 75,95% | 38,70% |
| Renda > 2 sál.mín. | 84,81% | 57,61% |

Fonte: Romanello, 2017

A discrepância entre as características socioeconômicas dos membros do BTF e dos moradores de Florianópolis explicitam a dificuldade do banco de atingir a população com maior vulnerabilidade econômica e menos aptas a se inserirem no mercado de trabalho dada a falta de entitamentos como o ensino superior. A concentração do BTF em um nicho reduzido da população de Florianópolis limita a possibilidade do empreendimento de inserir as populações da cidade em situação de privação no seu sistema de trocas, e conseqüentemente melhorar as condições de vida dessas pessoas. Como apresentado nas seções anteriores, a integração de pessoas em situação de privação material ao fluxo de trocas dos bancos de tempo é uma das grandes potencialidades dos empreendimentos: uma vez que esse tipo de economia supera a necessidade de um recurso tão escasso a essa população como o dinheiro, e também capacita esses membros em vulnerabilidade social a se integrarem ao mercado de trabalho com treinamentos adequados e o restabelecimento de sua confiança.

4.5 INDICADORES DE ATIVIDADE

O Banco de Tempo Florianópolis está crescendo rapidamente desde sua criação quando comparado com outras experiências semelhantes no Brasil e no

mundo. O número de membros ativos passou de 105 em setembro de 2016 para mais de 6500 em 2019. Membro ativo do BTF é uma pessoa registrada no sistema do banco e que disponibiliza algum bem e serviço para outros membros, independente se efetua transações no grupo em determinado mês. Um membro ser ativo não significa que tenha realizado transações a cada mês. Embora o ritmo de crescimento tenha oscilado, ele segue ativo e cada vez mais a rede de colaboração do BTF se fortalece.

O número de horas intercambiadas também tem crescido com o desenvolvimento do BTF. Só este ano, até o final de setembro os membros trocaram 14663 horas entre si, aproximadamente 2,5 horas por membro do grupo. A quantidade relativa de usuários ativos no Banco tem diminuído quando comparada com períodos anteriores como a pesquisa de Romanello (2018), mas ainda assim a comunidade do grupo está ativa e intercambiando milhares de horas entre si.

Romanello (2018) fez a estimativa do valor econômico das transações realizadas no BTF. Em seu artigo, foi estimado o valor de mercado dos bens e serviços transacionados no banco, sendo o valor de mercado o preço corrente do bem ou serviço quando é vendido ou comprado no sistema econômico tradicional com a moeda como meio de pagamento. Para isso, o pesquisador investigou o preço de uma hora do bem ou serviço ofertado no empreendimento social caso fosse ofertado no sistema econômico tradicional. Após estabelecer com os próprios membros do BTF os valores de mercado na economia tradicional de seus bens e serviços ofertados, foi possível categorizar os tipos de bens e serviços através de seu preço de mercado de uma hora. O valor atribuído a cada item da tabela 2 é a média dos preços aplicados pelos membros entrevistados pelo pesquisador.

Tabela 2 - Preço de mercado de uma hora dos principais serviços ou bens

| Bem ou serviço | Preço (R\$) | Bem ou serviço | P reço (R\$) |
|-----------------------------|--------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Massagem | 80,00 | Design gráfico | 5,00 |
| Limpeza casa | 20,00 | Idiomas | 3,00 |
| Astrologia | 30,00 | Transporte | 4,00 |
| Eletricista / Hidráulico | 50,00 | Medico | 2,00,00 |
| Horta - Jardim | 20,00 | Culinária | 3,00 |
| Yoga | 45,00 | Arquitetura | 1,00,00 |
| Terapia corporal | 80,00 | Vestuário | 4,00 |
| Estética corporal | 25,00 | Produto natural | 2,00 |
| Música | 30,00 | Pilates | 1,00,00 |
| Marketing | 40,00 | Reiki | 5,00 |
| Fotografia - Vídeo | 50,00 | Psicologia | 1,00,00 |
| Consultoria | 50,00 | Veterinária | 1,00,00 |
| Informática | 40,00 | Construção civil | 3,00 |
| Arte | 30,00 | Cuidado criança | 2,00 |

| | | | |
|-----------|-----------|----------------|-----------|
| Costura | 25, 00 | Objeto | 2 0,00 |
| Alimentos | 15, 00 | Locação espaço | 2 0,00 |

Fonte: Elaboração do autor com dados do BTF

Temos que evidenciar como limitação dessa metodologia o fato que ela considera somente o lado da oferta para obter os preços de mercado: os valores da tabela 2 são os preços pelos quais os vendedores ofertam um bem ou um serviço, sem considerar se os compradores aceitariam esses preços. Esta limitação é muito relevante quando os dados sobre os preços foram coletados de um vendedor que atua somente ou predominantemente no BTF. (ROMANELLO, Michele 2017)

A partir dos preços de bens e serviços citados acima, o economista obteve a estimativa do valor de mercado de todas as trocas efetuadas no BTF. O valor total considerando o período de setembro de 2016 até dezembro de 2017 é R\$ 1.031.549,23. Considerando somente o ano de 2017 o valor total é R\$ 998.075,04. Em outubro de 2017 o valor médio gasto no BTF por cada membro ativo foi de R\$49,17, sendo o mês com o maior valor gasto por membro, enquanto o menor foi de R\$10,42 em setembro de 2016, um dos meses iniciais do Banco.

4.6 LIMITAÇÕES E DESAFIOS.

Os empreendimentos de economia solidária são desafiadores por essência ao proporem uma alternativa ao sistema econômico dominante. Um grupo de trocas estruturado em um núcleo moral que adota valores antagônicos aos princípios de competição e individualismo, inerentes ao metabolismo da atividade do sistema capitalista, naturalmente gerará resistência para sua aceitação devido a ruptura com essas características tão enraizadas no sistema hegemônico.

A instituição da moeda nacional carrega em si um conjunto de relações as quais dificilmente são identificadas pela população que a adota, e por isso, dificulta o desenvolvimento das instituições criadas para baterem de frente com a instituição hegemônica (SOARES,2006). No BTF essa dificuldade é expressada em alguns aspectos da organização e em parte de seus membros: há resistência para a aceitação do princípio de equidade nas trocas realizadas no empreendimento, que

postula que uma hora de qualquer serviço equivale a outra hora de qualquer outro tipo de bem ou serviço intercambiado.

A superação dessas relações enraizadas na consciência coletiva é essencial para o desenvolvimento do BTF, tanto para sua manutenção para que as trocas sejam mantidas e ampliadas, quanto para seu crescimento ao atrair novos membros para o grupo. É fundamental para o Banco que seus membros sejam capazes de desvincular o conceito de valor com sua forma monetária e possam adotar nas relações estabelecidas no BTF uma nova maneira de avaliar o valor do bem ou serviço a ser trocado. O questionamento da substância do valor das mercadorias e serviços, estimula o debate crítico sobre a estrutura de trocas hegemônica e em que está pautado os valores que consumimos para reproduzir nossa vida material, abrindo espaço para novas alternativas a um sistema que expõe sinais claros de esgotamento.

A temática do valor e as dificuldades de desvincular a forma de valor capitalista da noção de valor para o BTF, é recorrentemente observada no processo de formação de preços das mercadorias trocadas no empreendimento. Muitas vezes os usuários têm dificuldades em mensurar o tempo utilizado para a produção daquela mercadoria e assim acabam cobrando um preço que não corresponde a estrutura de preço do BTF. A dificuldade é recorrente e constantemente debatida nos ambientes do Banco, o qual está trabalhando para a solução do problema a partir de uma tabela geral de mercadorias e o preço sugerido pelo próprio BTF a ser cobrado para os mais variados tipos de bens, reduzindo as possibilidades de preços fora da noção de valor adotada pelo grupo e delegando à própria coletividade a responsabilidade de definição de preços. Essa solução salienta o aspecto democrático e participativo do banco, pois ao tratar de assuntos polêmicos para o grupo, propõe uma solução a qual delega a responsabilidade da tomada de decisão para a própria instituição, e assim, não encaram seus desafios como algo provocados por indivíduos, mas sim pela própria coletividade e que devem ser tratados também por ela.

A ausência do dinheiro nas trocas do BTF provoca dificuldades em alguns membros de entenderem sua responsabilidade diante as relações estabelecidas pelo grupo. Em uma sociedade em que as trocas são quase todas pautada em relações monetarizadas, uma alternativa a essa estrutura pode ser encarada como uma

estrutura inferior e que, portanto, não demanda o comprometimento do indivíduo verificado em suas trocas realizadas com dinheiro. Isso também ocorre nos bancos de tempo ao redor do mundo como constata Seyfang (2002) em sua pesquisa sobre os bancos. Esse fenômeno é identificado na persistência de ocorrências em que alguma das partes envolvidas nas trocas do BTF falta com o comprometimento do que foi acordado ao arranjar as condições da transação, inviabilizando a operação: encomendas de produtos os quais não são buscados por quem demandou, cancelamentos de última hora de serviços encomendados são ocorrências ainda comuns no BTF que explicitam as relações entre comprometimento dos envolvidos e a dificuldade de auferir a mesma importância que seria dada caso a mesma transação fosse realizada pela estrutura monetarizada.

Outro desafio enfrentado pelo BTF é a falta de financiamento em moeda nacional de suas atividades. A autogestão do Banco através do trabalho voluntário de 12 mulheres as quais realizam todas as atividades necessárias para a manutenção do projeto e que as remuneram em horas mensais não é suficiente para o seu crescimento, e segundo as administradoras do BTF a capacidade dessa equipe lidar com as demandas atuais do projeto está chegando ao limite. Um projeto dessa magnitude demanda comprometimento e uma grande carga de trabalho para que funcione adequadamente: um grupo que trocou o equivalente a quase um milhão de reais em seu primeiro ano de existência (ROMANELLO,2018) e atualmente possui um volume ainda maior de trocas, demanda uma equipe que possa se dedicar integralmente ao projeto e para isso é necessário que essas pessoas não sejam somente pagas em horas do Banco, mas também em moeda nacional para que suas demandas materiais possam ser integralmente contempladas e assim não precisem se inserir na estrutura de economia de mercado para garantir o dinheiro necessário a sua sobrevivência.

Como apresentado nas seções anteriores, os bancos de tempo ao redor do mundo são fomentados pelos governos devido o alinhamento entre os benefícios sociais que os bancos promovem e as políticas públicas voltadas à qualidade de vida da população. O BTF cumpre um papel social fundamental para a sociedade de Florianópolis inserindo seus milhares de membros em uma rede de trocas e conseqüentemente de geração de valor a qual não existiria sem a instituição: como

estimado por Romanello (2018), mais de um milhão de reais em bens e produtos deixaria de ser intercambiado caso a instituição não existisse, além dos outros projetos e impactos positivos os quais não podem ser mensurados pelo dinheiro. É fundamental o apoio do poder público e de instituições voltadas ao desenvolvimento social às atividades do BTF para que o projeto possa seguir existindo e crescendo. A alta eficiência dos recursos empregados no grupo faz do BTF uma possível ferramenta de política pública poderosa, a qual garante grandes impactos com um baixo investimento. A organização popular mostra sua capacidade em instituições como o BTF, que negam as instituições hegemônicas como o papel moeda no caso do Banco, e propõem alternativas a partir das necessidades do próprio povo e por isso, é papel do Estado a promoção dessas organizações.

4.7 PERSPECTIVAS PARA O BTF

No contexto do mundo globalizado onde as tecnologias de informação encurtam as distâncias geográficas e atingem uma parcela significativa da população, empreendimentos como o BTF encontram um terreno fértil para seu desenvolvimento. As inovações na área da comunicação, ainda que atinjam de forma heterogênea a população, tem provocado mudanças facilmente observadas nas relações sociais, as quais se configuram de maneira mais direta e rápida se comparado com apenas uma década atrás.

Ser operacionalizado exclusivamente em um ambiente virtual reduz os custos de implementação e aumentam a eficiência do desenvolvimento de iniciativas como o BTF, as quais contam com ferramentas cada vez mais poderosas para seu crescimento. O BlockChain, a tecnologia por trás da moeda virtual mundialmente famosa BitCoin e considerada por muitos como uma tecnologia disruptiva, sendo um sistema de verificação e trânsito de informações descentralizado numa estrutura *peer-to-peer* (XU, et Al; 2019) oferece possibilidades de crescimento para os bancos de tempo ao redor do mundo jamais imaginada. Os ganhos de eficiência nos sistemas de trocas que funcionam a partir desta tecnologia são de grandes proporções, a automatização dos processos necessários para a operacionalização do BTF em um sistema de verificação descentralizado mantém seu princípio de

horizontalidade entre os membros e poupa o trabalho de seus administradores realizarem essas tarefas.

Um dos pioneiros dos Bancos de Tempo, Edgar Cahn está trabalhando em conjunto com MANA, uma cryptomoeda a qual está disposta a popularizar o conceito dos Bancos de Tempo ao redor de todo o mundo com sua plataforma virtual⁴. O projeto ambicioso e em fase inicial pretende fazer parcerias com provedores de bens e serviços consolidados para que a disponibilidade de bens e serviços ofertados na plataforma seja vasta e possa revolucionar o Terceiro Setor.

Acompanhando essa onda de inovações a administração do BTF está trabalhando no desenvolvimento de uma plataforma automatizada e voltada para o crescimento da iniciativa de forma que esteja disponível para mais pessoas e possa atingir as populações que mais demandam esse tipo de organização. Segundo Geovana Nazario, uma das criadoras do BTF, o empreendimento está em um “ponto de virada” o qual irá passar por mudanças profundas alicerçadas no desenvolvimento de uma plataforma própria e na busca de financiamento para que as atividades do Banco sejam mantidas e ampliadas.

Por ser uma organização horizontal e que tem seu processo de desenvolvimento marcado pela resiliência e debate, as formas que as mudanças que estão por vir no BTF estão sendo conformadas de acordo com os debates entre seus membros e as demandas da organização. A carência de literatura acadêmica sobre o tema dificulta o processo de tomadas de decisão, uma vez que não há o registro de experiências semelhantes as quais os membros do Banco poderiam se apoiar para poderem nortear o seu desenvolvimento. Esse trabalho é um esforço para ampliar as bases bibliográficas no tema e assim possa contribuir para o desenvolvimento do BTF.

Para além dos aspectos operacionais do BTF, as perspectivas de um empreendimento de auto-organização do povo no período popular da história (SANTOS, Milton;2008) são animadoras. O descrédito da população diante as instituições do Estado e também do setor privado como as grandes corporações para reproduzir sua vida material de maneira sadia, cria condições favoráveis para que a

⁴ Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1KY7b-C-HHA&t=1s>

população possa se organizar de acordo com as suas necessidades e assim superá-las. Por isso, organizações que fomentam a construção de vínculos pautados na confiança são fundamentais para o aprofundamento desses esforços de mudanças na forma em que nos organizamos. A medida que o desenvolvimento tecnológico transforma a relação do homem com o trabalho, tornando-o em muitas áreas obsoletos, iniciativas que buscam outros significados para a forma que empregamos nosso tempo são cada vez mais urgentes, e os bancos de tempo podem servir como um instrumento a essas mudanças.

As possibilidades do BTF como política pública são variadas e com eficácia já verificada em outros países. Como citado anteriormente, o alinhamento entre os interesses dos bancos de tempo e das políticas públicas para desenvolvimento social permitem que os bancos sejam ferramentas de transformação poderosas, que demandam poucos recursos e podem gerar elevado impacto, o que no contexto de um país subdesenvolvido como o Brasil é fundamental.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Vanessa Marzano et al. Arranjos produtivos locais da indústria automobilística no estado de Goiás, Brasil. 2014.
- BARROS, José D. Assunção. Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 1, p. 239-255, 2011.
- CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- EDIN, Kathryn; LEIN, Laura. **Making ends meet: How single mothers survive welfare and low-wage work**. Russell Sage Foundation, 1997.
- Estados Unidos. Candidato à presidência Robert Kennedy. **Discurso sobre as debilidades do PIB**. Kansas, 1968. Disponível em: <http://pagina22.com.br/2013/02/03/o-discurso-de-robert-kennedy/>. Acesso em 30 de agosto de 2019.
- FRANÇA, Fábio Mendes. Uma discussão sobre a teoria do valor em Smith, Ricardo e Marx. 2012.
- GANEM, Angela. **Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica**. Revista de Economia Contemporânea, v. 4, n. 2, 2000.
- GOMES, Euridíce; NANNI, Ninna. Banco Palmas: O nascimento de um banco comunitário digital. Fundação Getúlio Vargas, 2016.
- HEALY, Karen; HAMPSHIRE, Anne. Social capital: a useful concept for social work?. **Australian Social Work**, v. 55, n. 3, p. 227-238, 2002.
- LINS, H. Fourierismo no Brasil meridional: a saga do falanstério do Saí (1841-1844). **História econômica & história de empresas XIII**. vol. 1, pág. 31-72, 2010.
- LISBOA, A. M. Economia compartilhada/economia solidária: interfaces, continuidades e descontinuidades. **Revista NECAT** - ano 6, nº 11 Jan-Jun de 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Iniciativas Editoriais, 1975.
- MARTELETO, Regina Maria et al. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, 2004.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. vol I, T 1, São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção os Economistas).

MTPS – Ministério Trabalho e Previdência Social; **Economia solidária**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 31 outubro 2018.

NEW LANARK Robert Owen Museum. Disponível em: <http://robert-owen-museum.org.uk/new_lanark>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

RAMOS-PINTO, Pedro. Social capital as a capacity for collective action. In: **Assessing Social Capital: Concept, Policy and Practice**. Cambridge Scholars Publishing in association with GSE Research, 2012. p. 53-69.

RAMUNDO, Lucas Di Candia et al. Destrinchando A Relevância Da Categoria Valor De Uso Na Teoria Marxiana. In: **Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 44th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós- Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2018.

ROMANELLO, M. **Banco do Tempo - Florianópolis**: uma análise das características socioeconômicas dos membros. II Simpósio Brasileiro Desenvolvimento Territorial Sustentável, 2017.

ROMANELLO, Michele. Time bank participation: using transaction data for evaluation of Banco de Tempo–Florianópolis. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, n. 2, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. [1992]. 304 p.

SEYFANG, Gill. Growing cohesive communities one favour at a time: social exclusion, active citizenship and time banks. **International Journal of urban and regional Research**, v. 27, n. 3, p. 699-706, 2003.

SEYFANG, Gill. Tackling social exclusion with community currencies: learning from LETS to Time Banks. **International Journal of Community Currency Research**, v. 6, n. 1, p. 1-11, 2002.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª edição São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGH, Sara. **The Evolution of Giving: An Exploration of Time Banking as a Community Development Instrument**. 2017.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. (Trad. port.) São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1776]. 26-27 p.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda Social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades**. Nesol, Nesfi, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/agosto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Moeda%20social%20um>, v. 20, 2006.

VADIVU, V. Mangala; NEELAMALAR, M. Digital brand management—A study on the factors affecting customers' engagement in Facebook pages. In: **2015 International Conference on Smart Technologies and Management for Computing, Communication, Controls, Energy and Materials (ICSTM)**. IEEE, 2015. p. 71-75.

VIEIRA, Antonieta do Lago. **Breve reflexão sobre a construção de cooperativas populares e solidárias**. 2005.

WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. Social capital: Implications for development theory, research, and policy. **The world bank research observer**, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000.